



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 9463/18 - DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS			
EVENTO: Instalação	REUNIÃO Nº: 0039/18	DATA: 13/03/2018	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 17h23min	TÉRMINO: 20h11min	PÁGINAS: 80

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Instalação da Comissão e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados em breves intervenções.

Houve intervenções ininteligíveis.

Não houve expressa concessão da palavra a alguns oradores.

Há palavra ou expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada pelo Presidente da Casa, nos termos regimentais, para instalação e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 9.463, de 2018, do Poder Executivo, que dispõe sobre a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, bem como revoga dispositivo da Lei nº 3.890-A, de 1961, e da Lei nº 10.848, de 2004.

Esclareço que me coube assumir a presidência dos trabalhos, nos termos do art. 39, § 4º, do Regimento Interno.

Para o conhecimento dos senhores, passo a ler o Ato da Presidência que constituiu esta Comissão:

Ato da Presidência

Em aditamento ao Ato da Presidência de 1º de março de 2018, que constituiu a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 9.463, de 2018, do Poder Executivo, que dispõe sobre a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS, a Presidência da Câmara dos Deputados, nos termos das alíneas “c” e “e” do inciso III do art. 17 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e com base na decisão proferida à Questão de Ordem nº 270, de 2017, resolve convocar os membros da Comissão supracitada para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 13 de março, terça-feira, às 16 horas, no Plenário 1 do Anexo II.

Brasília, 7 de março de 2018.

Rodrigo Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Declaro...



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, por favor...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Questão de ordem, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Questão de Ordem, art. 17, inciso III...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Vamos pôr ordem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - A Deputada Erika Kokay parece que pediu primeiro.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Então, tem a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Arlindo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Depois do Deputado Arlindo...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Deputado Glauber também, por favor, Presidente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Primeiro, Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. lesse a ata da reunião passada. A reunião aconteceu, e nela não se instalou a Comissão, em decorrência de uma questão de ordem apresentada naquela oportunidade e acatada pelo Deputado Nelson Marquezelli, a quem cumprimento.

Segundo, eu queria ponderar a V.Exa. que o Presidente da Casa faz referência a uma questão de ordem do ano passado, mas ele não faz referência ao fato de que houve recurso para a Comissão de Constituição e Justiça. Lá chegou, em fevereiro. A Comissão teria três sessões para dar o seu parecer e para submetê-lo ao Plenário, mas não foi sequer indicado o Relator. Portanto, quando o Presidente se apoia em uma questão de ordem que ele indeferiu, não faz nenhuma referência ao fato de que está pendente uma resolução de Plenário.

Essa é a questão de ordem que apresento a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Sempre Presidente, eu o respeito.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É uma gentileza de V.Exa., Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Arlindo Chinaglia, meu amigo, vamos por partes.

Primeiro, com relação à ata, ela deixa de existir, porque não houve reunião. Há um termo de reunião, que eu vou fazer questão de ler.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Já está bom demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Passo à leitura:

Termo de Reunião

Em seis de março de dois mil e dezoito, deixou de se instalar a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 9.463, de 2018, do Poder Executivo que “dispõe sobre a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras — ELETROBRAS e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973” (revoga dispositivo da Lei nº 3.890-A, de 1961, e da Lei nº 10.848, de 2004), em razão do acatamento, pelo Presidente da Instalação, Deputado Nelson Marquezelli, de questão de ordem apresentada pelo Deputado Arlindo Chinaglia, contra a instalação da Comissão Especial, nos termos do art. 34, § 1º, do Regimento Interno.
Registraram presença (...)

Se V.Exa. quiser, leio todo o termo. Se não quiser...

Houve quórum.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não. Está claro.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu gostaria de discutir esse termo. Eu gostaria de discutir o termo, acho que ele está insuficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Primeiro, eu tenho de responder completamente ao Deputado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu gostaria de discutir o termo depois, porque ele está insuficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Concederei a palavra a V.Exa., se questão de ordem — se questão de ordem.



Deputado Arlindo Chinaglia, com relação ao recurso, V.Exa., catedrático que é nisso, sabe que caberia a V.Exa. fazê-lo no Plenário da Casa, reclamando a não instalação da Comissão de Justiça.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu vou fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Portanto, eu nego qualquer prosseguimento com relação ao que pode advir da sua questão de ordem.

Deputada Erika Kokay, V.Exa. pediu a palavra para questão de ordem?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de discutir o termo, Sr. Presidente, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Quanto ao termo, eu não tenho que colocá-lo...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, a memória de uma reunião é fundamental — é fundamental — para que nós possamos caminhar. Ocorreram debates nesta Comissão que não foram retratados. Isso é uma analogia à ata. Apenas não é uma ata porque não houve a instalação da Comissão.

Portanto, esta Comissão não existe, mas houve uma discussão, e é importante que faça parte dos Anais desta Casa. É importante que o povo brasileiro saiba quais são as digitais que entregaram um patrimônio fundamental para a soberania nacional. É importante que o povo saiba que discussões ocorreram e irão ocorrer nesta Comissão e quem são aqueles que estão rasgando o Regimento desta Casa para se desfazer, em nome do deus mercado, sabujos do deus mercado, de uma empresa absolutamente fundamental para o desenvolvimento social, o desenvolvimento humano, o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento agrícola.

Por isso, eu gostaria que a memória desta reunião pudesse retratar isso, retratar o que foi dito aqui. Ou aqueles que estão apunhalando o povo brasileiro, dando de bandeja a ELETROBRAS para o capital internacional, têm vergonha de serem citados e terem suas falas nos Anais da história desta Câmara? Aliás, essa é uma história que, via de regra, está sendo escrita sem a participação do povo brasileiro.



Portanto, Presidente, antes de apresentar a questão de ordem que irei submeter à deliberação de V.Exa., eu gostaria de discutir esse termo e essa memória, em nome da verdade e em nome do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputada, essa questão de ordem não tem embasamento do ponto de vista...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não se trata de questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Então é o quê?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu quero discutir a memória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Mas só cabe questão de ordem...

(Não identificado) - Sr. Presidente, não há questão de ordem. Termo não é ata, são diferentes. Então, não queiramos replicar num termo uma ata, pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - É o que o Regimento diz.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A questão de ordem ainda irei fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - E mais ainda: deixei V.Exa. falar pensando... Adverti V.Exa. três vezes: *“É questão de ordem, Deputada?”* V.Exa. disse que era, mas não é.

O Deputado Arlindo Chinaglia apresentou...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, eu vou apresentar questão de ordem! Antes disso, eu quero discutir a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Espere, Deputada! Se quiser dialogar com a Presidência, deixe a Presidência se comunicar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Claro! Pode falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O Deputado Arlindo Chinaglia apresentou uma questão de ordem. Só cabe, pelo Regimento, um outro Deputado falar, para contraditar. Não houve a contra-argumentação de ninguém.

V.Exa. pediu a palavra, e eu queria saber com que base V.Exa. reclama ou pede a questão de ordem, porque, com relação à digital, V.Exa. tem esse termo e o áudio! A qualquer hora V.Exa. pode requerer o áudio e divulgar!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, Sr. Presidente, eu tenho...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Com relação à questão de ordem, vamos tentar fazer uma reunião de alto nível, para que não saímos do Regimento. Eu estou apelando para isso...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, Presidente. Queremos que esta reunião seja de alto nível e que não se instale... Não há alto nível quando se quer privatizar a ELETROBRAS. Isso é o maior ferimento ao alto nível.

Sr. Presidente, o art. 62 fala que é preciso haver uma ata, que faz parte dos serviços de secretaria nas reuniões. Houve uma reunião, encerrada a termo. V.Exa. sabe, houve uma reunião. Portanto, se aconteceu uma reunião nesta Casa, há um registro dessa reunião. E, havendo um registro dessa reunião, ele é passível de ser discutido.

Nós não podemos resvalar para o nível de autoritarismo daqueles que se sentem donos do povo brasileiro porque dirigem a Nação — através de um golpe — e daqueles que não querem discussão acerca da memória de uma reunião que contou com contradita e com posições diferenciadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputada Erika Kokay, por quem tenho o maior respeito, V. Exa. começou a ler o artigo nº 62 de maneira brilhante: “*Cada Comissão...*” Cadê a Comissão? Quando foi instalada? Ata de que, se não houve...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Reunião, Sr. Presidente. Houve uma reunião. Houve uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputada...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Houve uma reunião. O senhor está dizendo que não houve reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Mas reunião não significa “cada Comissão”.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Houve uma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não é a Comissão. Comissão é...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu, o Deputado Paulão e o Deputado Fontana levantamos questões de ordem que não estão na memória da reunião.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputada, o termo de registro é só para dizer que houve a reunião. O áudio é para que a senhora tenha as digitais de quem discutiu, como discutiu, quem assinou, quem não assinou.

Então, eu registro que a questão de ordem não tem amparo.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Agora vou conceder a palavra a um Líder, que tem preferência e precedência.

Deputado Glauber...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Peço a palavra para falar depois do Deputado Glauber, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu quero fazer outra questão de ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu só vou conceder a palavra, Deputado Henrique Fontana, a Líder ou a quem tenha questão de ordem embasada no Regimento.

O Deputado Glauber Braga tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não faça isso, Presidente!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Controle o tempo, Sr. Presidente!
São 3 minutos.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, no meu caso, neste momento, trata-se de uma questão de ordem, baseada no artigo... (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Perdão, Deputado, eu estava dando atenção ao Secretário, mas V.Exa. tem preferência e precedência.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - No meu caso, trata-se de uma questão de ordem. Baseia-se no art. 17, inciso III, alínea "f", que diz que compete ao Presidente da Casa, quanto às Comissões, julgar recurso contra decisão de Presidente de Comissão em questão de ordem.

A questão de ordem que eu faço a V.Exa. é: quem apresentou recurso ao Presidente da Câmara dos Deputados em relação à decisão que foi tomada na última reunião, neste mesmo espaço do Plenário 1, de não instalação da Comissão que trata da privatização da ELETROBRAS até que sejam instaladas as Comissões Permanentes? Quem foi o Parlamentar que apresentou, então, recurso ao



Presidente da Câmara, para que a decisão adotada pelo Presidente — naquele momento, o Deputado Nelson Marquezelli — pudesse ser suprimida? Se um Parlamentar apresentou esse recurso ao Presidente da Casa, eu peço a V.Exa. que o nomine. Se isso foi uma decisão do Presidente da Casa sem um recurso elaborado, é importante que dela tenhamos conhecimento, porque, se assim for, não há autoridade em destituir uma decisão que já havia sido adotada pelo Presidente anterior, sem recurso formalizado ao Presidente.

Mas não estou dizendo que isso não aconteceu. Pode ser que algum Parlamentar tenha recorrido ao Presidente, e, por isso, eu peço a V. Exa. que nomine quem foi esse Parlamentar e diga se a decisão do Presidente da Casa não foi de ofício, porque, repito, Presidente: o art. 17, inciso III, alínea "f", diz que compete ao Presidente da Casa, quanto às Comissões, julgar recurso contra a decisão de Presidente de Comissão em questão de ordem.

Houve recurso contra a decisão do Deputado Marquezelli? De quem foi a formulação desse recurso? Porventura isso foi uma atitude tomada de ofício pelo Presidente da Casa? Se foi de ofício, e não com recurso feito e formulado por Parlamentar, e aqui se desconhece a decisão tomada pelo Presidente anterior, pergunto a V.Exa.: o Presidente — naquele momento, o Deputado Marquezelli — não tinha legitimidade para o exercício da Presidência da Comissão?

As questões de ordem, então, Presidente, são duas. Tinha o Deputado Marquezelli autoridade como Presidente de Comissão naquele momento? Houve recurso formal ao Presidente da Casa para que a manifestação se desse de acordo com o que diz o art. 17, inciso III, alínea "f"?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Meu caro Líder Glauber Braga, V.Exa., tal como outros Deputados, insiste na história de que a Comissão... Não houve Comissão. Não houve Comissão. E mais: não houve recurso à decisão do Deputado Nelson Marquezelli.

O Presidente da Casa tem autoridade para convocar reunião para instalação como ele bem entender. Ele convocou, e eu li o termo de convocação do Presidente.

Questão de ordem sem amparo. E revogou a anterior.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Presidente, questão de ordem.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, V.Exa. disse, então, que o Deputado Marquezelli não tinha autoridade para o exercício da Presidência e que, por isso, não foi formada uma Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não, autoridade para tentar instalar ele tinha, tanto que ele era o mais antigo, como eu sou aqui. Mas ele tentou instalar e não houve condição. O Presidente da Casa convocou novamente a reunião para hoje.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu só chamo a atenção da Mesa, Presidente, para a Questão de Ordem nº 325, do ano de 2008, que diz que qualquer recurso deve ser apresentado na forma escrita.

No nosso entendimento, de acordo com o que determina o art. 17, inciso III, alínea “f”, para que a decisão proferida pelo então Presidente Marquezelli pudesse não ter validade, necessariamente teria que ser feita a partir de um recurso formal ao Presidente da Câmara, e não de um ato de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Mas quem está dizendo que não teve validade é V.Exa. Eu não estou dizendo isso.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O texto está desconsiderando a decisão dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O termo de reunião que eu li aqui diz claramente que ele presidiu a reunião.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Questão de ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Presidente...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O Deputado Davidson Magalhães é o próximo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Deputado Pompeo de Mattos depois dele, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Inscreva-me, Presidente, porque eu também quero apresentar uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - O Deputado Henrique Fontana também tem questão de ordem, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu só lembro a V.Exas. o seguinte: nós estamos reunidos para instalar a Comissão. O Regimento é o nosso grande trunfo para tentar instalar esta Comissão, e nós não podemos fugir ao que o Regimento diz. Se não for para apresentar questão de ordem, nós temos que indeferir a palavra. Lamentavelmente, nós temos que indeferir a palavra. Não cabe outra decisão.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Depois, sim. Depois que a Comissão estiver instalada, poderão fazer discursos à vontade.

Deputado Davidson Magalhães, é uma questão de ordem?

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - É uma questão de ordem?

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - É uma questão de ordem, com base no art. 95 e no art. 34.

Primeiramente, V.Exa. disse bem que o Regimento define o funcionamento desta Casa. Pelo art. 34 e inclusive pelo art. 109, o Regimento Interno tem eficácia de lei ordinária, certo? Portanto, se tem eficácia de lei ordinária, o Presidente desta Casa tem que estar subordinado ao Regimento — aliás, ele foi eleito com base no Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Mas foi o que ele fez. Ele convocou a reunião com base no Regimento.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Exatamente.

No entanto, o art. 34, § 1º, do Regimento diz o seguinte:

Art. 34.

§ 1º Pelo menos metade dos membros titulares da Comissão Especial referida no inciso II será constituída por membros titulares das Comissões Permanentes que deveriam ser chamadas a opinar sobre a proposição em causa.

Em suma, qualquer Comissão Especial deve ser constituída por membros titulares das Comissões Permanentes que se referem ao tema. Ora, as Comissões



Permanentes sequer foram montadas. Portando, fere-se o art. 34, § 1º, do Regimento Interno!

Aí se poderia argumentar que existe uma questão de ordem sobre isso, a Questão de Ordem nº 270, de 2017. Mas essa questão de ordem não virou jurisprudência ainda, porque não foi referendada pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Se ela não foi referendada pela Comissão de Constituição e Justiça e sequer foi deferida, sequer foi julgada, porque existe recurso, se ela nem sequer foi aprovada e avaliada pela Comissão de Constituição e Justiça, então ela não pode se transformar em jurisprudência.

O que vale é o Regimento Interno da Casa. E ele diz que qualquer Comissão Especial deve ser composta por membros das Comissões Permanentes que tratam do tema. Se não há Comissão Permanente, como é que pode funcionar esta Comissão Especial?

Portanto, esta Comissão Especial não pode ser instalada, em função do art. 34. Eu gostaria de saber em qual artigo do Regimento Interno há apoio para se instalar esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Os 3 minutos já foram esgotados. Baiano gosta de falar muito, nossa! Já passou o tempo.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Mas carioca, às vezes, precisa ouvir um pouquinho mais. (*Riso.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Davidson, há um termo que é muito usado: matéria vencida.

O Deputado Arlindo Chinaglia, com a autoridade que tem de ex-Presidente desta Casa, apresentou exatamente essa questão de ordem na reunião passada. E, na reunião passada, ele conseguiu suspender a instalação; o Deputado Marquezelli aceitou.

O Presidente disse que não foi essa a decisão, tanto que ele convocou a reunião novamente. Nós estamos trabalhando com base na convocação do Presidente.

Com relação ao recurso, eu já expliquei, é matéria vencida. V.Exa. tem que fazê-lo no Plenário, reclamando do Presidente da Casa, alegando que houve instalação sem Comissão de Constituição e Justiça. Então, é matéria vencida.



Vamos a outro orador: o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Presidente, é com base no art. 82...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O Deputado Pompeo de Mattos, depois, quer apresentar uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Darcísio Perondi, V.Exa. tem uma questão de ordem com base em que artigo?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - No art. 17, "m".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. vai falar como Líder, como o quê?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - É para, como Líder do Governo, contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Espere aí. Vamos lá: V.Exa. pediu a palavra para uma questão de ordem ou V.Exa. é Líder e pediu como Líder?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Estou pedindo como Líder. Minha fala será curta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O Presidente da Câmara decidiu, e cabe a ele, conforme o art. 17, "m", decidir.

Então, isso é matéria vencida, Sr. Presidente.

Eu pediria que V.Exa. controlasse o tempo e desse as questões de ordem democraticamente. E vamos adiante!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Darcísio Perondi, perdão. Eu vou aceitar a palavra de V.Exa. como contradita à argumentação, mas V.Exa. não pode ter a palavra, V.Exa. não é Líder. V.Exa. é Vice-Líder. (*Manifestação no plenário.*) Eu aceito como contradita, Deputado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu falo como Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não. Vice-Líder não tem a palavra. Quem tem a palavra são só os Líderes.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Presidente, cito o art. 57, inciso XXI:

Art. 57.

XXI - *O membro da Comissão pode levantar questão de ordem sobre a ação ou omissão do órgão técnico que integra, mas somente depois de resolvida conclusivamente pelo seu Presidente poderá a questão ser levada, em grau de recurso, por escrito, ao Presidente da Câmara, sem prejuízo do andamento da matéria em trâmite.*

Veja bem, Presidente, para que haja compreensão: nós tivemos, na reunião passada, a tentativa, vamos assim interpretar, de instalação. Na verdade, não houve instalação. Nós também não podemos aqui inventar coisa. Não houve instalação, mas houve uma reunião. Essa reunião, obviamente, teve consequências. Foi presidida pelo Deputado Marquezelli, e nela foram apresentadas questões de ordem. Refiro-me especialmente à questão de ordem levantada pelo Deputado Arlindo Chinaglia, que, aliás, foi acatada pelo Presidente, como diz o inciso XXI. A questão foi acatada pelo Presidente.

Para essa decisão acatada pelo Presidente Marquezelli ser modificada, tem que haver outra decisão. Para que essa outra decisão seja tomada, deve haver um recurso. Isso é o que está escrito aqui. Eu posso ler novamente, mas está bem claro. Deve haver um recurso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Ao Plenário.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, não. Ao Presidente da Câmara. Ele não é um recurso de olhar, de visão, de impressão, não. Ele é tácito, ele é expresso, ele é objetivo. E esse recurso, pelo que consta e pela palavra de V.Exa., não houve.

O Presidente da Câmara, tomando conhecimento — isso é o que eu vislumbro — da decisão do Presidente Marquezelli, chamou para si a responsabilidade e tomou uma decisão sem que ninguém o instasse, sem que ninguém o provocasse.



Com isso, Presidente, e eu vou concluir a questão de ordem, nós temos a impressão de que aquela decisão do Presidente Marquezelli não existiu, porque sobre ela não houve nenhum recurso. Ela foi desconstituída, simplesmente, pelo Presidente, sem nenhum recurso, sem nenhuma análise.

Há o risco de o que aconteceu com o Deputado Marquezelli vir a acontecer com V.Exa., Deputado Simão Sessim. Há o risco de as decisões que V.Exa. tomar, se não forem do gosto do patrão, do gosto do chefe, do gosto do dono do Poder, do gosto do Presidente da Casa, simplesmente serem defenestradas. Então, essa é a preocupação.

Por isso, as decisões não têm que ser do Presidente Marquezelli nem do Presidente Rodrigo Maia nem do Presidente Simão Sessim. Têm que ser baseadas no Regimento. A lei é que tem que nos regrar. É isto que nós estamos cobrando de V.Exa.: vamos seguir a lei. Se houve uma decisão do Presidente Marquezelli, essa decisão só pode ser modificada mediante um recurso ao Presidente e mediante uma decisão do Presidente, o que até agora não houve. Qualquer coisa diferente disso atropela o Regimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O Presidente, o Deputado Pompeo de Mattos e também outros Deputados merecem muito respeito.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu não queria simplesmente dizer que é matéria vencida. Mas essa é a mesma argumentação que usou o Deputado Glauber Braga. Não houve recurso. O Presidente tomou para si a decisão e nos convocou. Eu estou aqui por convocação dele, V.Exa. está aqui por convocação dele, todos nós estamos aqui por convocação dele.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Então, é como se a outra reunião não tivesse existido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Simplesmente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não existiu a outra reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Simplesmente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Apagaram dos Anais.

(Não identificado) - Não, apagaram não!



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Quero levantar uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O termo está aqui.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quero levantar questão de ordem.

(Não identificado) - Questão de ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Pompeo de Mattos, aquela reunião não está apagada, porque há um termo de reunião registrado e há o áudio.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas a decisão não está ali, Presidente. No nosso termo não consta a decisão do Deputado Marquezelli. Nesse termo não consta a decisão que ele tomou, que foi de suma importância para os Anais desta Casa, para a história. Deveria constar nesse termo a decisão que o Deputado Marquezelli tomou.

Aliás, Presidente, eu quero aproveitar para fazer um adendo. Eu quero fazer um adendo a esse documento — e, se V.Exa. não acatá-lo, que o submeta ao Plenário. Quero que seja incluída, na íntegra, a decisão tomada pelo Deputado Marquezelli, nos termos da questão de ordem feita pelo Deputado Arlindo Chinaglia, para que conste nos Anais da Casa a decisão que o Presidente tomou. Eu quero que ela seja redigida nesse documento, para que ela possa fazer parte dos Anais da Casa.

Isso é o mínimo de respeito que devemos ao ex-Presidente.

(Não identificado) - Quero levantar uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Será registrado na próxima ata.

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Presidente, primeiro, quero cumprimentá-lo. Sei que não é fácil a tarefa que o Governo lhe pediu para executar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não foi o Governo.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - A minha questão de ordem, Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Henrique Fontana, V.Exa. me permite interrompê-lo, sem me agredir?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu não estou aqui pelo Governo. Eu estou aqui porque o povo, principalmente o da minha cidade, Rio de Janeiro, delegou-me dez mandatos seguidos. E essa condição me faz estar aqui, conforme o art. 39, § 4º, do Regimento Interno — eu não li “Governo” aqui.

Peço a V.Exa. que retire esse tipo de agressão.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Com certeza. Aliás, não houve agressão da minha parte, Presidente, mas eu retiro o que disse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. tem que respeitar a minha antiguidade, porque foi ela que me fez estar aqui nesta hora. Não há nada de Governo.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Presidente, eu retiro o que disse, até porque não houve agressão. Se V.Exa. leu dessa forma, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não precisa retirar, mas V.Exa., pelo seu semblante...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Presidente, o que eu quero dizer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - É questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Isso.

Primeiro, eu retiro, porque jamais foi minha intenção agredir V.Exa. A minha intenção é expressar, Presidente, o que é o objetivo do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não me agrediu. O meu partido faz parte da base do Governo. Não há problema.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - É isso que eu quero dizer. O Governo, na verdade, está procurando instalar uma Comissão, porque já decidiu que quer vender o Sistema ELETROBRAS na Bacia das Almas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Henrique Fontana, nós já tivemos grandes debates. Qual é a questão de ordem?



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu vou chegar a ela. Eu só tive...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Se não houver, eu vou cassar a palavra de V.Exa.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Presidente, eu só tive que responder ao pedido que V.Exa. me fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Já respondeu.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - A minha questão de ordem é com base no art. 50, que trata dos trabalhos das Comissões e da discussão e votação de ata da sessão anterior.

Nós estamos abordando, segundo a interpretação de V.Exa., um termo de reunião, e não uma ata de reunião — reunião a que efetivamente o Brasil todo assistiu e que está nos Anais da Câmara Federal.

Eu mesmo intervi, Deputado Leônidas, duas ou três vezes naquela reunião, e não há nenhuma citação nessa ata, que chamam de termo de reunião, daquilo que eu falei.

O problema, a minha questão de ordem é a seguinte: este termo de reunião está extremamente mal-elaborado. Ele foi fraudado, porque não diz o que aconteceu na reunião. Isto aqui é uma fraude! (*Exibe documento.*)

Na semana passada, com uma fraude, tentaram instalar a Comissão sem que as Comissões tivessem sido instaladas.

O Presidente Rodrigo Maia — obviamente V.Exa. não tem culpa disso — cometeu outro atropelo e disse: “*Não, eu é que mando aqui. Não interessa o Regimento. Eu vou instalar esta Comissão no grito*”. E ele a convocou.

Essa fraude? Não! Foram escritas dez linhas sobre uma discussão que demorou 2, 3 horas, na qual se levantou uma questão de ordem importantíssima, acatada pelo Presidente Marquezelli, que presidiu os trabalhos.

Presidente, nesta questão de ordem, solicito — e vou apresentar pedido à Mesa, se for preciso, por escrito — que esse termo de reunião seja refeito e que seja descrito tudo o que aconteceu naquela reunião. Alguns estão tentando... Inclusive, eu percebo que a Assessoria ao lado tenta dizer que não houve reunião. Mas como



não houve? Só se o Brasil enlouqueceu! Porque nós todos estávamos aqui, a mídia brasileira estava aqui, foi feito um debate, um contraponto, um ponto, o Presidente decidiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Henrique Fontana, o tempo!

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Então, Sr. Presidente, em questão de ordem, peço que seja refeito esse termo de reunião, para que não haja esta fraude aqui com dez linhas, e que descrevam de fato o que aconteceu na primeira reunião desta Comissão. E, aí, vou insistir: quer-se torrar o Sistema ELETROBRAS na bacia das almas, porque este Governo atual é antinacional e quer entregar o patrimônio público deste País quase de graça!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Henrique Fontana, V.Exa. fez, com o mesmo brilhantismo do Deputado Glauber Braga e com o mesmo brilhantismo do Deputado Pompeo de Mattos, a mesma questão de ordem

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - E essa questão de ordem é matéria vencida.

Eu passo a palavra à Deputada Luciana Santos, última oradora inscrita.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, Sr. Presidente. Tenho uma questão de ordem.

(Não identificado) - Também tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. já a apresentou.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não. É outra questão de ordem. Artigo 17...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputada, se for matéria vencida, eu vou encerrar antes que V.Exa. leia.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não é matéria vencida.

(Não identificado) - Sr. Presidente, questão de ordem, depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Tem a palavra a Deputada Luciana Santos.



A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Sr. Presidente, minha questão de ordem é baseada no art. 82.

Para além do que já foi dito aqui pelos meus colegas Parlamentares, é evidente que não cabe aqui a jurisprudência que o Presidente Rodrigo Maia invocou, seja porque agride o art. 95, pois é preciso analisar o recurso que está na CCJ dessa questão de ordem, seja porque, como já foi dito aqui pelos Deputados, agride o art. 34, pois não foi votado ainda nas Comissões Permanentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O art. 34 é matéria vencida, Deputada.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Estou apenas recuperando, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Mas não pode recuperar matéria vencida. Isso é o bê-á-bá da Casa!

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Há flagrante ilegalidade, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - E o art. 85, se V.Exa. permitir...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Sr. Presidente, o art. 82...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O art. 82 fala...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, deixe que ela fale. V.Exa. está silenciando as mulheres! (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - O art. 82 diz que o Presidente da Casa não pode proferir um ato da Presidência em plena Ordem do Dia e S.Exa. o leu, no dia 7 de março, quando convocou esta Comissão da data de hoje.

Ato da Presidência, de 7 de março de 2018: “(...) *resolve convocar os membros da Comissão supracitada para a reunião de instalação e eleição...*”

S.Exa. fez isso, Sr. Presidente, fora do que diz o Regimento nos artigos 79 a 82. Ele fez isso durante a Ordem do Dia, e isso é ilegal! Portanto, esse ato é inválido e não tem nenhuma legalidade.

Nós precisamos, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente Simão...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu não posso adivinhar a que hora S.Exa. fez.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Mas está aqui a data e a hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Está aqui a data.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Está aqui, Sr. Presidente: “*Lido em plenário em 7 de março, às 19h38min*”.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS AELUIA - Sr. Presidente Simão...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - S.Exa. leu, fez um ato em plena Ordem do Dia. Isso é ilegal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O que o Regimento...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Esta Casa, Sr. Presidente, Deputado Simão Sessim, tem que respeitar a Constituição. Esse é o princípio básico da existência do Parlamento brasileiro, e nós somos guardiões dessa Constituição. O Presidente da Casa, assim como nós, desta Comissão, precisamos fazer valer esse Princípio da Legalidade do art. 37, que está sobre as leis brasileiras.

Não se pode praticar nenhum ato público pela vontade pessoal. É preciso respeitar a legislação brasileira. E esse ato da Presidência, da convocação desta reunião, é inválido, porque foi feito durante a Ordem do Dia. Está aqui. Foi feito às 19h38min, em plena Ordem do Dia.

Esse é um ato inválido.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputada, eu vou dizer a V.Exa. o seguinte: eu não consegui recolher nada que contestasse aqui, pelo menos, o ato do Presidente. A Ordem do Dia...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Trata-se do art. 79, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Só não podemos decidir nada na Comissão se a Ordem do Dia se iniciar. Aí, nós não podemos fazer nenhum tipo de votação. Mas ela não se iniciou. Está aqui. A Ordem do Dia não se iniciou. Então, não tenho...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Sim, ela se iniciou, sim. Foi no dia do plenário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Negado.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - O ato. O ato foi feito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay...

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, foi quando lido em plenário...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - V.Exa. não esclareceu, porque foi lido em plenário e não podia...

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Foi lido na Ordem do Dia.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - O ato é inválido por conta disso. Foi lido na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Recorra ao Presidente lá, no plenário.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Não, Sr. Presidente, mas esta Comissão precisa decidir as suas pendências, porque, do contrário, ela não vai poder ser viabilizada...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, ela já falou 6 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Matéria negada.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay, se for para uma questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Eu só posso recorrer, Sr. Presidente, depois que esta Comissão e o Presidente desta Comissão decidirem, porque, se é um ato inválido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Isso é matéria vencida.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, ela está falando demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Isso é matéria vencida.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O que é isso? Sr. Presidente, por favor...



A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Deputado Perondi, me respeite! Respeite-me!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Primeiro, S.Exa. está querendo usurpar, assumir o seu lugar de Presidente; segundo, está sendo deselegante.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Se fosse um homem falando aqui, V.Exa. não estava sendo deselegante, mal-educado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - (*O Sr. Presidente faz soar as campainhas.*) Deputado, eu peço a V.Exa. que não interfira. Eu estou dando a palavra à Deputada Erika Kokay.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Eu peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu peço, Sr. Presidente, antes disso, que retire das notas essa ofensa que fez o Deputado Perondi. Aliás, S.Exa. tem ofendido a Nação ao defender golpes e a entrega do patrimônio público. Refiro-me, agora, à ofensa feita à fala das mulheres aqui. Quem é o Deputado Perondi para dizer quem fala demais?

Eu digo: V.Exa. deveria estar preocupado com quem colocou na Presidência da República, que está tentando entregar essa empresa, que é patrimônio do povo brasileiro, para os chineses.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria que fosse retirada das notas taquigráficas aquela declaração do Sr. Perondi.

Eu faço uma questão de ordem, baseada no art. 17, e eu gostaria que fosse recomposto o meu tempo.

Eu digo isso, Sr. Presidente, porque esta Casa tem um Regimento. O Regimento é um pacto que é construído entre as diversas forças representadas pelo povo brasileiro nesta Casa. O Poder Legislativo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Peço a V.Exa. que nos direcione sobre qual parte do art. 17, porque este é enorme.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Trata-se do art. 17, letra "n".



Sr. Presidente, por favor, reponha o meu tempo, porque até V.Exa. mesmo tem dificuldade de achar o artigo a que eu estou me referindo e eu não posso ser penalizada por isso. Então, retome o meu tempo, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Sim, Deputada.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Temos um Presidente paralelo ali, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Perondi, vou pedir a V.Exa. que não interfira. A palavra ou é para contraditar ou é para a Liderança. V.Exa. não é Líder, não está contraditando.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Perondi hoje está com um problema de incontinência verbal, incontinência verbal.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu não consigo formular o raciocínio e só tenho mais um minuto. Eu gostaria de que V.Exa. me repusesse o tempo que me foi retirado pelo Deputado Perondi e por V.Exa. Então, gostaria de que fosse reposto o tempo de 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Começará a contar o tempo agora.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Exato. O art. 17 diz que cabe ao Presidente cumprir e fazer cumprir o Regimento. E cabe ao Presidente decidir as questões de ordem e as reclamações.

Então, vejam, nas questões de ordem, a vontade, o poder discricionário e o entendimento do Presidente têm limites. Os limites estão postos no Regimento. O Regimento é um pacto.

Eu sei que este País tem rompido muitos pactos. Nós estamos vivendo sob um golpe, e o golpe é o rompimento de um pacto. Mas é preciso que esta Casa preserve os pactos que foram construídos, que é o próprio Regimento. E diz ainda esse artigo, Sr. Presidente, que as questões de ordem devem ter como limites o próprio Regimento.

E eu acrescento ainda outro artigo nesta questão de ordem, o art. 231, segundo o qual a Deputada e o Deputado devem respeitar a Constituição, o



Regimento Interno e o Código de Ética, sujeitando-se às medidas disciplinares neles previstas.

E diz ainda que cabe ao Deputado e à Deputada — gostaria, inclusive, de que o Regimento flexionasse o gênero — respeitar e cumprir a Constituição, as leis e as normas internas desta Casa.

E fala ainda, numa terceira lógica, que atenta contra o decoro parlamentar deixar de observar intencionalmente os deveres fundamentais, que são prerrogativas ou que são impostos ao exercício do mandato parlamentar da Deputada ou do Deputado.

Portanto, o que nós estamos vivenciando neste momento — e esta é minha questão de ordem — é uma quebra de decoro parlamentar. Há uma quebra de decoro parlamentar. Essa quebra de decoro parlamentar deve ser nominada, devem ser nominados os Parlamentares que estão quebrando o decoro parlamentar.

O Deputado Rodrigo Maia, pelo que está no Regimento, está quebrando o decoro parlamentar ao não cumprir o Regimento. Penso, Sr. Presidente, essa é minha questão de ordem, que essa quebra de decoro parlamentar deve estar circunscrita ao próprio Presidente. Não deve ter como cúmplices pessoas como V.Exa., que estão pautadas pelo maior rigor no cumprimento do próprio Regimento.

Por isso, Sr. Presidente, a minha questão de ordem é pontuar que há uma quebra de decoro parlamentar que está em curso e que essa quebra de decoro parlamentar está sendo emanada da Presidência da Casa, e que não deve ter a sua digital corroborando esse ato, que nega o mandato que foi ofertado ao Presidente da Casa.

V.Exa. já disse: “*Sou eleito pela décima vez*”. O povo do Rio de Janeiro lhe elegeu pela décima vez. Seguramente, o povo do Rio de Janeiro o elegeu para que o senhor defenda o patrimônio do povo e defenda o próprio povo brasileiro e não esteja aqui, pela omissão, como cúmplice da quebra de decoro parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu conheço as minhas obrigações, Deputada.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputada Erika Kokay, mais uma vez, matéria vencida. Recurso ao Presidente é plenário. Decoro parlamentar é Conselho de Ética. V.Exa. tem um partido que conhece como chegar lá. Então, não tem nada a ver.

Eu vou dar a palavra ao Deputado Danilo, esperando que S.Exa. tenha alguma novidade. Se não tiver, Danilo, por favor, vamos começar isso.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sr. Presidente, eu espero que V.Exa. exerça a sua paciência também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Com certeza!

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Estamos tratando aqui de um tema...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu a exerce há 40 anos, Danilo, nesta Casa, presidindo, no lugar onde V.Exa. está...

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Sempre!

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Paciência é o que não me falta. O que eu não posso é atropelar o Regimento. Se for matéria vencida, eu não tenho...

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Eu tenho certeza de que é esse o intuito de todos que estão fazendo este debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Vamos lá, Deputado Danilo.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - A nossa questão de ordem é com base no art. 17, III, combinado com o art. 34 e com o art. 41.

Primeiro, Sr. Presidente, só recapitulando aqui, cabe ao Presidente das Comissões, como está posto na alínea "c", assegurar os meios e condições necessários ao seu pleno funcionamento.

Essa é uma atribuição do Presidente desta Casa, o Deputado Rodrigo Maia.

Nessa condição, para que nós pudéssemos aqui... Eu volto ao art. 34 — permita-me, porque isso faz parte do meu raciocínio também —, que diz, no caso de instalação de uma Comissão Especial, que é necessário pelo menos metade dos membros titulares da Comissão Especial, referida no inciso III, que será constituída por membros titulares das Comissões Permanentes.



Deliberamos, deliberamos, na sessão anterior... Isso foi fruto também do que está previsto no art. 41, XVII:

Art. 41. Ao Presidente da Comissão compete, além do que lhe for atribuído neste Regimento (...):

XVII - resolver, de acordo com o Regimento, as questões de ordem ou reclamações suscitadas na Comissão.

Isso é o que está previsto no Regimento desta Casa.

A questão de ordem do art. 34 foi levantada na sessão anterior e foi deliberada na sessão anterior. Eu vou usar uma expressão que V.Exa. está usando aqui, reiteradas vezes: ela foi matéria vencida. É esse o conteúdo da matéria vencida que foi resolvida na sessão anterior.

O que o Presidente deliberou é que não se pode instalar Comissão Especial enquanto as Comissões Permanentes não forem instaladas, porque metade dos membros de uma Comissão Especial vem das Comissões Permanentes. Se não temos Comissões Permanentes, não podemos ter Comissão Especial. Essa foi uma decisão tomada, na autoridade de Presidente, pelo Presidente Nelson Marquezelli, conforme o art. 41, inciso XVII. Então, é essa a questão.

E, aí, mais uma vez, para que isso possa ser objeto de alguma mudança, deve haver recurso. Não houve recurso algum. A matéria está vencida. E o conteúdo da matéria vencida é que não podemos instalar Comissão Especial enquanto as questões da Comissão Permanente não forem resolvidas. Isso é claro, é cristalino! O Regimento diz isso!

Então, a minha indagação... E ainda puxo outro argumento que V.Exa. coloca: “*Não, o Presidente da Casa resolveu, instalou de novo, esqueceu aquela reunião.*” Foi como se não existisse. E acho que V.Exa. chegou até a dizer, em algum momento, que é como se não tivesse existido aquela reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não, ela não foi instalada.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Existe uma contradição no próprio ato da Presidência, porque ele fala em aditamento — aditamento, ou seja, ele se reporta ao ato que nós deliberamos aqui na reunião anterior. O que foi aditado? O que foi objeto de aditamento? É isso que está aqui no ato da Presidência: “*Em aditamento ao ato da Presidência de 1º de março*”.



Nós estamos dando sequência a uma reunião em que só poderia estar sendo discutido isso aqui se houve um recurso no meio disso. Não houve recurso, Sr. Presidente. A matéria vencida — eu insisto — é a decisão tomada na Comissão anterior. Então, nós queremos fazer essa ponderação.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu acho que é importante nós termos muita ponderação, que eu sei que V.Exa. tem. V.Exa. tem 40 anos de estrada nesta Casa. Conhece esta Casa como ninguém aqui. Agora, é preciso ter ponderação e responsabilidade. Da forma como essa matéria está sendo conduzida, nós não vamos terminar esse debate aqui. Infelizmente, nós vamos transferi-lo, mais uma vez pela ausência de um diálogo nesta Casa, para o Supremo Tribunal Federal.

Quero dizer, inclusive, que o Partido Socialista Brasileiro está entrando também com uma ação, caso essa decisão não seja acatada no Supremo Tribunal Federal para que ele faça valer o Regimento desta Casa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, vamos à votação. As questões de ordem...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Calma, Aleluia! Calma, Relator! O Relator tem que estudar a matéria. Já quer sair votando sem nem estudar a matéria?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Repito o que falei com relação aos outros que apresentaram a mesma questão de ordem. O brilhantismo deles não é diferente do de V.Exa. E a matéria já foi decidida. Então, eu não posso voltar atrás numa matéria decidida.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Decidida por quem, Sr. Presidente? Quem decidiu essa matéria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu aqui. Eu decidi a matéria.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas o Regimento diz diferente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu decidi em função do Regimento. E ela é matéria vencida.

Declarado instalada a Comissão...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, Presidente!



(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu quero usar o tempo de Liderança da Minoria.

(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não vai ser desse jeito, não, Sr. Presidente. Não no atropelo.

(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu quero usar o tempo de Liderança da Minoria.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Tempo de Liderança.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Há um requerimento na mesa antes.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Há requerimento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Há um requerimento sobre a mesa?

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Há.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Desculpe-me!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E há tempo de Líder solicitado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - É que ele está manuscrito e eu não tinha visto. Eu estava ainda...

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. me conhece. Sabe que eu não atropelo.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu aproveito para esclarecer que há um requerimento para uso do tempo de Liderança da Minoria também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:



Requeiro, nos termos regimentais, a votação da não instalação da Comissão destinada a apreciar o PL 9.463, de 2018.

Deputado Davidson Magalhães

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Para encaminhar a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado, eu lamento que o requerimento seja antirregimental. Eu vou deixar de recebê-lo.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Art. 117, Sr. Presidente:

Art. 117. Serão escritos e dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos não especificados neste Regimento e os que solicitem:

V - a não realização de sessão em determinado dia.

Então, isso aí está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. levanta uma questão... Olhem, isso vai entrar para a história! Eu não conheço nenhum requerimento que peça a não instalação. Eu nunca vi.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Mas eu já vi passar por cima do Regimento. Eu já vi criar um Regimento, de acordo com os seus objetivos.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu estou pedindo o tempo de Liderança da Minoria, Sr. Presidente. Estou pedindo o tempo de Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Quem é que vai falar pela Liderança? Quem pediu?

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, ele foi colocado em tempo, ele tem que ser votado pelo Plenário, é o Plenário que decide o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - É o Deputado Henrique Fontana, pela Liderança do PT?



O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Quero falar pela Liderança do PSB, Sr. Presidente, depois.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - O Líder do PT não marcou...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - No meu caso, quero falar pela Liderança da Minoria, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - O senhor não pode definir o requerimento; questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, o Líder não marcou presença.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Não pode ser indeferido o requerimento. O Plenário é que tem que decidir. O Plenário é que tem que decidir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Esperem aí! Eu não sei se alguém pediu, mas eu quero dizer que Líderes que estão aqui hoje foram indicados. O Deputado Júlio Delgado indicou o Deputado Danilo Cabral. A Deputada Erika Kokay foi indicada pelo Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Peço a palavra pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O Deputado Orlando Silva indicou a Deputada Luciana Santos. O Deputado Aguinaldo Ribeiro indicou o Deputado Darcísio Perondi. O Deputado José Guimarães indicou o Deputado Henrique Fontana. Esses são os que, na ordem, chegaram aqui apresentados.

Eu pergunto: Deputado Danilo Cabral, pretende fazer uso da palavra como Líder?

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sim, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Pode falar. V.Exa. dispõe de 6 minutos.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sr. Presidente, esta é uma reunião muito importante para o Brasil e para o povo brasileiro. Esta pauta de que nós estamos tratando aqui faz parte de uma estratégia, que foi implementada pelo Governo do Presidente Temer desde o ano passado, que leva ao total desmonte do Estado brasileiro.



Sr. Presidente, eu quero pedir silêncio no plenário. Sr. Presidente, eu queria repor o meu tempo e pedir silêncio no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. tem a palavra garantida.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Mas tem que haver silêncio no plenário. Eu não estou conseguindo nem raciocinar com o barulho do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado, V.Exa. é acostumado com outros plenários e tem falado. Eu ouço V.Exa. sempre lá no plenário. Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sr. Presidente, peça para repor o meu tempo, por favor, porque foi embora 1 minuto e eu nem havia começado a falar.

Sr. Presidente, na verdade, eu falava aqui que isso faz parte de um verdadeiro desmonte do Estado brasileiro, que o Governo do Presidente Temer vem imprimindo aqui, a este Congresso, e à sociedade brasileira.

Utiliza-se um tripé muito bem estruturado, basicamente em cima de corte nas políticas públicas, de retirada de direitos, e nós vimos isso na reforma da Previdência e na reforma trabalhista, e uma terceira perna, que é essa que faz parte deste debate, que é a entrega do Estado brasileiro, a privatização criminosa que está sendo feita e implantada pelo Governo do Presidente Temer.

Esta pauta da ELETROBRAS, que chega aqui a este debate, é uma pauta que fala para a soberania do nosso País. A entrega da condução da política energética a um privado significa que o Brasil está abrindo mão da sua soberania, significa também, Sr. Presidente, que nós estamos fazendo a entrega de um patrimônio, que foi construído com o suor do povo brasileiro durante 60 anos, e no qual foram investidos 370 bilhões de reais. E este Governo está querendo entregá-lo a preço de banana, por apenas 12 bilhões de reais.

A ELETROBRAS é a empresa responsável por um terço da capacidade instalada de geração do País, 44% da capacidade da geração hidráulica. Das 10 maiores usinas hidrelétricas, 9 pertencem à ELETROBRAS, que faz chegar energia a 99,7% da população brasileira.

Eu realço isso para mostrar a importância deste debate, que também traz consequências diretas para a vida do povo brasileiro. Aqui, precisamos destacar as



consequências disso na vida do cidadão brasileiro. Está dito, está posto, e este Governo, em nenhum momento, refutou a informação de que a venda da ELETROBRAS vai trazer como consequência imediata o aumento na conta de luz do povo brasileiro.

O povo brasileiro já vem sendo massacrado pelas elevadas tarifas de energia neste País. Todo dia há aumento de combustível. O preço do botijão de gás aumentou em 70% nos últimos 6 meses.

Vamos falar desse assunto aqui, Sr. Presidente. O botijão está chegando à casa dos 100 reais. A venda da ELETROBRAS vai trazer como consequência imediata um aumento de mais de 17% nas tarifas de energia, lá ponta para o cidadão brasileiro.

Eu gostaria de que o Governo respondesse três perguntas, que são fundamentais para este momento. Vemos aqui muitos que vivem a se espelhar nas grandes economias do mundo. Qual economia desenvolvida do mundo entregou a condução da política de energia ao setor privado? Listem-me os defensores do liberalismo onde é que está a defesa da abertura do capital nos Estados Unidos. Onde é que está a abertura na Alemanha, na França, na Inglaterra, o berço do liberalismo?

O The Guardian publicou recentemente uma pesquisa, Deputado Molon, no final do ano passado, demonstrando que 77% da população inglesa desejam a reestatização do setor elétrico na Inglaterra. Isso mostra as consequências nefastas que temos em torno da questão da privatização da ELETROBRAS.

Eu queria dedicar este tempo para também falar das consequências disso para o Nordeste. Eu presido a Frente Parlamentar em Defesa da CHESF. A venda da ELETROBRAS significa também a venda da CHESF, uma empresa que tem 70 anos de história.

Deputado Aleluia, na sua decisão, V.Exa. tem uma grande responsabilidade pelo desenvolvimento regional do Nordeste, desenvolvimento das pessoas e da economia.

Vender a CHESF significa vender o Rio São Francisco — é isso que está posto —, o rio da unidade nacional. As águas do Rio São Francisco têm uso múltiplo, Deputado Hugo Motta. Dizem que V.Exa. vai assumir a Presidência desta



Comissão. V.Exa., como paraibano, e o Deputado Aleluia, como baiano, têm responsabilidade dupla neste debate. Vendermos o Rio São Francisco significa não saber o que vai acontecer com 12 milhões de nordestinos, que estão lá esperando pelas águas que já chegam a muitas pessoas na Paraíba, do Deputado Hugo Motta. Há esperança para a Bahia no sentido de abastecer as pessoas e desenvolver a economia. Vendendo a CHESF estamos vendendo o Rio São Francisco e estamos entregando a caixa de água do Nordeste.

Não à privatização! Fora Temer! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputada Erika Kokay, V.Exa. quer inverter? (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana. V.Exa., como Líder da Minoria, dispõe de 8 minutos.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, nós vamos, com autorização de V.Exa., partilhar este tempo com o Deputado Pompeo de Mattos, que vai usar os últimos 3 minutos.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, população brasileira, hoje, está começando mais uma das batalhas históricas do nosso País. Nós estamos aqui, postados e firmes, para defender o patrimônio dos brasileiros contra aqueles que rezam pela cartilha do chamado liberalismo de ocasião. Eles querem fazer negócio, Sr. Presidente, querem vender o patrimônio que foi construído em décadas, às vezes, há mais de um século, pelo povo brasileiro, querem vender na bacia das almas para fazer negócios e negociatas.

A experiência mundial indica que, em todos os lugares onde venderam o setor elétrico para o setor privado, houve aumento do custo da energia. É mais grave o que querem fazer na privatização da ELETROBRAS, porque querem entregá-la, e todos sabem que isso é pule de dez, se vocês conseguirem aprovar, mas não vão, porque o povo brasileiro vai se levantar contra essa venda. Mais de 80% da população brasileira é contra a privatização da ELETROBRAS, mas, se fizessem a privatização, quem iria comprar a ELETROBRAS seria muito provavelmente a State Grid, que é a maior empresa de energia do mundo, controlada pelos chineses.



Os especialistas por ampla maioria dizem que uma empresa como essa, se comprar a ELETROBRAS, Deputado Aleluia, vai determinar os preços da energia no Brasil, não haverá ANEEL que controle esta concentração de mercado.

Aqui, não se está criando competição nenhuma, está se tirando o papel de uma empresa pública, estratégica, para fazer o monopólio mais forte na mão de uma empresa privada, mesmo que ela seja uma estatal chinesa. Essas empresas passam a ser, segundo os especialistas, *price maker*. Elas fazem o preço da energia no nosso País. E a China compete com a indústria brasileira, e ela vai impor, Deputado Paulão, um preço de energia aqui dentro para inviabilizar a nossa capacidade industrial. Isso vai destruir milhões de empregos.

E uma das coisas que está neste projeto, em outra fala eu vou me deter mais ainda nisso, é o que chamam pelo nome de descotização. Atenção, povo brasileiro! O que é descotização, preto no branco, trocando em miúdos? É pegar as hidrelétricas pelas quais todos nós pagamos — e que, portanto, Deputado Simão Sessim, devem gerar energia barata, já que a obra foi paga integralmente por todos os brasileiros — e vendê-las para o setor privado, para que elas entrem no chamado preço de mercado. Então, é o seguinte: a energia de uma hidrelétrica pela qual os brasileiros já pagaram vai custar o mesmo que a energia de uma hidrelétrica que tenha que ser construída.

A pergunta é a seguinte: o que vai acontecer, Deputado Hugo Motta, com a diferença desse valor, se a hidrelétrica já está feita? Eu respondo: vai alimentar a corrupção, vai concentrar lucro nas mãos das empresas que estão querendo a privatização, em detrimento do interesse dos brasileiros.

Nós vamos lutar duramente nesta Comissão! Vamos andar pelo Brasil! Estamos munidos de argumentos e não temos nenhum temor quanto a esse debate.

O Governo, do mesmo jeito que não conseguiu aprovar aquela antirreforma da Previdência, não vai vender o Sistema ELETROBRAS. Vai perder as eleições em outubro e vai acabar com a farra da venda do patrimônio público a preço vil.

Deputado Pompeo de Mattos, passo a palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. não pode passar a palavra.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Se eu não posso, vou continuar a falar, Sr. Presidente, antes que V.Exa. ocupe o tempo da Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu até dou mais tempo a V.Exa. Quero só justificar que o Deputado Pompeo de Mattos merece respeito.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Continuando, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. não pode deixar no ar que eu estou cassando a palavra do Deputado Pompeo de Mattos. Quem cassou foi José Guimarães, quando concedeu só a V.Exa., por escrito.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - V.Exa. vai repor o meu tempo agora, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. tem mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado.

Sr. Presidente, vou colocar outros argumentos. O Deputado Danilo falou com enorme propriedade, porque ele é um brasileiro que mora no Nordeste. Mas, Deputado Danilo, lá no Rio Grande do Sul também há rios importantíssimos.

Nenhum país que seja digno de defender um projeto de nação entrega o controle da vazão dos rios e de toda a água ao setor privado. Os Estados Unidos não fazem isso, a Inglaterra não faz isso, a Alemanha não faz isso.

A pergunta que faço aos brasileiros é: por que um Governo desmoralizado, corrupto, que tem como Presidente uma pessoa que não possui nenhuma legitimidade para governar e, que, se candidato a Presidente da República fosse, teria 1 voto a cada 100 votos dos brasileiros, e que se encontra desmoralizado e corrompido, 6 meses antes de entregar o Governo, quer vender com rapidez meteórica um patrimônio que o Brasil demorou décadas para construir.

É uma vergonha o que se está discutindo nesta Comissão! Até parece que aqui há Deputados que defendem o interesse de multinacionais, Deputados que poderiam melhor estar no Parlamento chinês, no Parlamento americano, no Parlamento daqueles que querem comprar o nosso patrimônio.

A escalada antinacional é algo absolutamente revoltante para quem pensa em construir um projeto de Nação. Pensem bem: quantos brasileiros lutaram para construir o Sistema ELETROBRAS, a nossa Usina Itaipu e outras? Fizemos um grande esforço, trabalhamos muito e gastamos muito dinheiro, para que se entregue



essa empresa a preço vil. Quando se compara o preço que se pagou por empresas como a Vale do Rio Doce e o lucro que elas dão durante o ano, vê-se que, às vezes, 2 anos de lucro pagam o valor pelo qual essas empresas foram vendidas.

Nós vamos lutar com muita firmeza, ao lado da maioria do povo brasileiro, porque, do mesmo jeito que derrotamos a reforma da Previdência, vamos derrotar a privatização da ELETROBRAS. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Antes de conceder a palavra ao nobre orador, reafirmo que declarei instalada a Comissão e que a próxima fase é a da eleição do Presidente. Enquanto a Ordem do Dia não começar, nós continuaremos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, já que V.Exa. falou sobre a Ordem do Dia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - A Deputada Luciana Santos tem a palavra. (Pausa.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, peço-lhe 30 segundos.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Só Líderes, Deputado Davidson.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Já há quórum no Plenário há 40 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Questão de ordem tem precedência. Questão de ordem tem precedência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. inverteu...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu sei. Eu estou dizendo que no Plenário desta Casa já há quórum há 40 minutos, e não começam a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Questão de ordem tem precedência!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, questão de ordem tem precedência sobre uso da palavra pela Liderança.

V.Exa. não informou a este Plenário o artigo que tomou como base para não pôr em votação o requerimento de minha autoria que estava sobre a mesa.



(Não identificado) - Isso é matéria vencida.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Não. Matéria vencida, não! V.Exa. tem que informar em que se baseou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Com o maior prazer: Regimento Interno, art. 137, § 1º, inciso II, alínea “c”. O requerimento versa sobre matéria antirregimental.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Se é conforme o art. 117, como é antirregimental?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu me baseei no art. 137.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sim. Mas ele não é antirregimental, tem como base o art. 117. Como pode isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Matéria vencida, Deputado.

Deputada Luciana Santos, V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. que há uma delegação...

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, com base no art. 137, § 2º, eu recorro ao Plenário a respeito da sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado, recorra ao Presidente.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Não! Recorro ao Plenário. Diz o § 2º do art. 137 que: *“Na hipótese do parágrafo anterior, poderá o Autor da proposição recorrer ao Plenário (...)”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputada Luciana Santos, V.Exa. quer falar?

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - V.Exa. baseou-se no art. 137.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Peço a V.Exa., Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputada Luciana Santos, V.Exa. tem a palavra por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - V.Exa. baseou-se no art. 137.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, só quero dizer a V.Exa. que há uma delegação na Mesa para que, depois do último orador, eu possa usar da palavra pela Liderança do PSOL. Peço que a Mesa registre essa delegação para eu falar pela Liderança do PSOL. Obrigado.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, dê a palavra à Deputada Luciana.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Eu tenho o direito de recorrer ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputada Luciana Santos, V.Exa. quer falar?

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Então, por favor, comece a falar.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trabalhadores do Sistema ELETROBRAS que se fazem presentes nesta reunião, nós estamos prestes a instalar uma Comissão que vai, nada mais nada menos, entregar, desnacionalizar a empresa — não é sequer privatizá-la —, assim como aconteceu com a CEMIG.

O que houve na CEMIG não foi privatização, mas desnacionalização, a entrega de um ativo estratégico do País a estatais de outros países. A CEMIG foi entregue a estatais chinesa, italiana e francesa.

Nós estamos tratando aqui da maior *holding* do setor elétrico da América Latina, da quinta maior geradora elétrica do mundo: a ELETROBRAS, que tem um total de ativos que corresponde a 170 bilhões de reais. E o Governo brasileiro, esse entreguista, esse ilegítimo Governo Temer quer trocar isso por 12 bilhões, para resolver o problema de caixa, de déficit fiscal, comprometendo, portanto, uma área estratégica.

Muitos dizem que isso é uma questão ideológica. Ora, será que os Estados Unidos, que são o símbolo do capitalismo, sabem como funciona o sistema elétrico deles? O Governo Federal é dono e opera metade da capacidade instalada de geração de energia. Estamos tratando no Brasil de um terço dessa capacidade



gerada. Porém, esse símbolo do capitalismo é dono e opera metade disso. É assim também no Canadá e na Noruega.

Não se pode colocar em risco algo constituído pela inteligência brasileira. O sistema elétrico é uma matriz energética *sui generis*, que tem mais de 80% de sua matriz renovável. Não foi o alemão, não foi o chinês, não foi o americano que fez isso; foi a inteligência brasileira.

Eu estou na frente do Relator, o Deputado baiano Aleluia, que já foi Presidente da CHESF e que, portanto, é convededor dessa matéria. Eu faço um apelo a ele, como forma de expressão da engenharia brasileira: temos que defender o que nós constituímos. Isso é conquista do Governo João Goulart, mas foi constituído desde Delmiro Gouveia, do Angiquinho, da Cachoeira de Paulo Afonso.

Nós estamos tratando de um patrimônio do povo brasileiro. O que acontecerá com o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica — PROINFA, que cuida da diversificação da matriz energética brasileira? O que acontecerá com o Luz para Todos, o maior programa que leva desenvolvimento e energia ao interior, enfrentando a desigualdade regional?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputada, o tempo de V.Exa. está encerrado.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Em 30 segundos, eu termino, Sr. Presidente.

O que está em jogo é o Rio São Francisco. No caso da ELETROBRAS, que é um parque tecnológico, eu não poderia deixar de me referir ao Delmiro Gouveia, que foi símbolo da constituição desse grande patrimônio do Nordeste que é a CHESF. O Rio São Francisco tem múltiplos usos, no entanto estamos admitindo debater esse assunto nesta Casa. Para mim, isso é traição nacional e traição ao Nordeste!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputada.

Eu vou chamar agora os Líderes da bancada do PT Erika Kokay e Wadih Damous. Quem quer falar primeiro? Vão ser 4 minutos para cada um.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, por 4 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, nós estamos falando de um patrimônio do povo brasileiro: 80% da transmissão e da geração de energia se mantêm estatal neste País. Dentro da lógica do Estado, é um instrumento dos



mais importantes para enfrentarmos as desigualdades regionais. Talvez não haja nenhum outro instrumento mais eficiente para enfrentar as desigualdades regionais e provocar o desenvolvimento de um povo do que a ELETROBRAS.

Nós estamos falando de uma ELETROBRAS que tem uma série de usinas, inclusive as que estão hoje cotizadas — Furnas, CHESF — e que estão amortizadas. O investimento que foi feito para a construção dessas usinas já foi pago. Nós estamos falando, portanto, de usinas que estão pagas. Nós estamos falando de instrumentos fundamentais para o desenvolvimento social, para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento agrícola, para o desenvolvimento industrial, enfim, para qualquer projeto de desenvolvimento nacional.

Algumas hidrelétricas nos Estados Unidos são protegidas pelo Exército — estão na mão do Exército. E aqui no Brasil querem vender a ELETROBRAS. A empresa tem ativos que talvez correspondam a 400 bilhões, porém está sendo oferecida a 12 bilhões — alguns falam em 8 bilhões.

Houve no Brasil a venda ou a autorização para privatizar as distribuidoras, que são fundamentais para o desenvolvimento local. Autorizaram a venda dessas distribuidoras por 50 mil reais. Ao mesmo tempo, estabeleceu-se uma dívida para a ELETROBRAS que pode chegar a 18 bilhões com a venda ou com a privatização das distribuidoras.

Portanto, nós estamos falando de entrega do País, porque esse Governo não tem projeto de desenvolvimento nacional. Nós estamos falando de um instrumento que controla a vazão do Rio São Francisco, por exemplo, que é patrimônio do povo. Nós estamos falando de um insumo fundamental que gera desenvolvimento tecnológico e social, que gera pesquisa, que gera igualdade.

E esse Governo, que está absolutamente aprisionado pela lógica do rentismo, que leva metade do Orçamento brasileiro apenas com serviços e juros da dívida, não tem projeto de desenvolvimento nacional. Mas o povo precisa da ELETROBRAS. E os Parlamentares não podem estar aqui se curvando a isso que é emanado do Palácio do Planalto no seu entreguismo e na falta de compromisso com o desenvolvimento do Brasil.



Ressalte-se que já alcançamos quórum no plenário há quase 1 hora, mas o Presidente da Casa não dá início à Ordem do Dia, porque está vendido para o capital internacional e não tem compromisso com o povo.

Nós não podemos ter nesta Comissão os cúmplices do assassinato da eliminação das desigualdades regionais e sociais.

Portanto, encerro dizendo que nós não vamos permitir a venda da ELETROBRAS, por amor ao povo brasileiro, porque o Brasil não está à venda. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Com a palavra o Deputado Wadih Damous, pela Liderança do PT, por 4 minutos.

O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS - Sr. Presidente, vamos parar com as metáforas, vamos parar com os floreios, vamos dar nomes aos bois. Se nós lermos o anúncio ali na placa sobre esta reunião, vamos dizer que se trata de uma reunião da Comissão de Desestatização da ELETROBRAS.

Mas não se trata de desestatização coisíssima nenhuma! Desestatização é um floreio. Nós estamos falando aqui de desnacionalização, nós estamos falando aqui de privatização, nós estamos falando aqui de negociação, nós estamos falando aqui de fazer caixa com um bem essencial para o povo brasileiro.

Energia elétrica é um bem de essencialidade à existência. Energia elétrica e água são bens tão cruciais para a existência humana como o ar. Daqui a pouco, se encontrarem uma maneira, vão privatizar o ar também. Essa lógica de mercado é absolutamente inconstitucional, porque não foi assim que a Constituição desenhou o bem energia elétrica.

Em relação aos Estados nacionais que foram aqui citados, nós não falamos da própria China. A China tem interesse na nossa privatização, mas não privatiza o setor elétrico daquele país. Não estamos falando aqui de Cuba nem da Coreia do Norte. Nós estamos falando aqui dos Estados Unidos, da França, do Canadá, da Alemanha, países que, num dado momento, tomaram essa opção equivocada e hoje estão reestatizando esse setor, como é o caso da Inglaterra, como foi muito bem mencionado aqui.

Sr. Presidente, esta Comissão está sendo instalada — e não estamos aqui para debater o projeto de lei que dispõe sobre a desestatização da ELETROBRAS,



para enriquecimento do tema — para aprovar a privatização, ou desnacionalização como queiram, de forma criminosa.

É vergonhoso! Já há quórum no plenário para que se inicie a Ordem do Dia, mas não se convoca os Parlamentares para que se conclua a instalação desta Comissão. Isso é uma vergonha! Isso o povo brasileiro está assistindo.

E essa lógica de mercado vai implicar aumento de tarifa, e ao implicar aumento de tarifa, isso faz com que o preço torne a energia elétrica um bem inacessível para os mais pobres. Todo o programa de energização elétrica para o interior do Brasil vai acabar sendo destruído por essa lógica de mercado, porque o mercado está se fixando para o pequeno agricultor, para o pequeno camponês, para aquele brasileiro que mora nos confins do território nacional. Nós temos que barrar isso.

O Poder Judiciário, por mais problemático que seja hoje em dia em nosso País, não pode permitir que isso aconteça, pois é mais um atentado à Constituição. E não é um atentado qualquer: é um atentado de lesa-pátria, porque fere os maiores interesses do povo brasileiro, o princípio da dignidade humana e o princípio da soberania nacional.

O povo brasileiro não vai deixar passar em branco mais essa negociação da quadrilha instalada no Palácio do Planalto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Indicado pelo Deputado...

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, com base no art. 95, § 9º...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado, deixe-me falar a V.Exa. o seguinte...

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Estou recorrendo, com efeito suspensivo, da posição de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Recorra ao Plenário da Casa.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Não. É ao Plenário da Comissão. O art. 95, § 9º...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Está escrito no § 2º do art. 137: “*Na hipótese do parágrafo anterior, poderá o Autor da proposição recorrer ao*



Plenário — da Casa —, no prazo de cinco sessões da publicação do despacho, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (...). Não existindo, reclama ao Plenário.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Não, não! “Na hipótese do parágrafo anterior, poderá o Autor da proposição recorrer ao Plenário, no prazo de cinco sessões (...).” É da Comissão. E tem aqui: com mais de um terço apoiando a publicação do despacho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - É matéria vencida.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, V.Exa. não pode simplesmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O Deputado Ivan Valente indicou o Deputado Glauber Braga para que S.Exa. fale por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, V.Exa. não pode fazer isso.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, V.Exa. não pode atropelar o Plenário desse jeito.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Não pode atropelar o Plenário!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Glauber Braga...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Nós não vamos fingir que está tudo bem.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Não pode! Não pode!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Alessandro Molon, V.Exa. nem como Líder tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não aja desse jeito, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Não pode ser assim!

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não é tudo matéria vencida. V.Exa. tem que fundamentar suas decisões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Com a palavra o Deputado Glauber Braga, por 3 minutos



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - V.Exa. não pode agir desse jeito, Sr. Presidente. V.Exa. me desculpe.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Muito bem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Alessandro Molon, V.Exa. não pode direcionar suas palavras...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - V.Exa. é que não pode.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - V.Exa. está indo muito bem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Coitado! Avaliação de Perondi?! (Riso.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Com a palavra o Deputado Glauber Braga, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, primeiro, quero lamentar que não seja reconhecido pela Mesa algo que foi apresentado regimentalmente com a assinatura dos Parlamentares.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, eu vou aguardar. Peço que seja reposto o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Pode falar, Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Peço que seja reposto o meu tempo.

Primeiro, quero lamentar que a Mesa não aceite o requerimento que teve a assinatura de vários Parlamentares e que precisa passar pelo processo de apreciação. Já estão forçando a instalação desta Comissão, goela abaixo, em oposição à decisão da semana passada, num movimento antirregimental. Quisera eu discutir nesta Comissão o tema ELETROBRAS em bases racionais, porque, se assim fosse, nós venceríamos em todos os quesitos. Os exemplos internacionais são claríssimos, são cristalinos, do que significa a representação da privatização de um setor estratégico como o elétrico.

Pergunto às senhoras e aos senhores se a China e os norte-americanos entregam o seu setor elétrico de bandeja, como está fazendo o Governo do Sr.



Michel Temer. É claro que não! Como já foi dito aqui por vários Parlamentares, o movimento internacional é outro: é o de voltar atrás nas privatizações que já foram realizadas. Isso é óbvio! A população brasileira sabe que a conta de energia elétrica subirá a partir do momento em que se perder o controle sobre um ativo nacional tão importante.

Mas não é essa a discussão que se coloca aqui nesta Comissão Especial. A verdade é que o Governo do Sr. Michel Temer, mais uma vez, está roubando o patrimônio brasileiro. Porém, ele quer dividir aquilo que furta, que rouba do patrimônio nacional, e quer avaliar com quem vai dividir as digitais desse roubo do patrimônio brasileiro.

Se isso não fosse o suficiente, Deputado Henrique Fontana, no Rio de Janeiro, num ato de desrespeito aos trabalhadores, estão sucateando a ELETROBRAS e Furnas ao demitirem mais de 50 pessoas portadoras de deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu peço, Sr. Presidente, que me dê o minuto que me foi retirado.

E fazem isso sem qualquer tipo de remorso. Essa informação, Deputado Simão Sessim, provavelmente V.Exa. não a tenha. No nosso Estado do Rio de Janeiro, demitiram mais de 50 pessoas com deficiência, sem respeitar os direitos dos trabalhadores, o que está ocasionando um sucateamento da empresa, o qual justificaria o processo de privatização e de entrega da ELETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Tenho certeza de que V.Exa. terá sensibilidade com o que aconteceu no Rio de Janeiro com esses trabalhadores portadores de deficiência. Vamos resistir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Peço que conclua, Deputado Glauber Braga!

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Vou concluir no meu tempo que ainda me resta. Ainda tenho 28 segundos.



Vamos resistir do ponto de vista parlamentar institucionalmente; vamos resistir junto com os trabalhadores da ELETROBRAS; vamos resistir nas ruas com os brasileiros, que são contra essa privatização.

Não pensem que vão entregar de bandeja o patrimônio nacional! Vai continuar havendo resistência no Parlamento e nas ruas!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra, por 4 minutos, o Deputado Leônidas Cristino, do PDT, indicado pelo Deputado André Figueiredo. É o último Líder inscrito.

O SR. DEPUTADO LEÔNIDAS CRISTINO - Sr. Presidente, já falaram aqui da entrega do sistema elétrico brasileiro para o estrangeiro. Isso é fato. Nós vamos entregar o patrimônio que foi conquistado pelo povo brasileiro para estatais de outros países. Olhem a incongruência à qual nós estamos chegando.

E vamos também, além de tudo isso, entregar o regime de águas do nosso País, principalmente do sistema São Francisco. E não é apenas a água do São Francisco. Nós vamos entregar a biodiversidade dos rios nacionais. Isso é um desrespeito muito profundo pela nossa Nação e pelo povo brasileiro. Por isso o nosso partido, o PDT, é contra essa privatização. E vamos lutar até o último momento.

Recentemente, Sr. Presidente, eu ouvi de um dos governistas, na tribuna da Câmara dos Deputados, que quem defende a PETROBRAS, quem defende a ELETROBRAS, quem defende as riquezas do nosso País são pessoas irresponsáveis. Eu diria que é justamente o contrário. Quem defende a privatização dos bens brasileiros é um irresponsável, que não deveria jamais estar na Presidência da República ou nos Ministérios.

Nós vamos lutar com todas as nossas forças para que isso não aconteça, para que não prejudiquem o futuro do nosso País.

Foi falado aqui também — e eu vou reiterar — que, em se privatizando o sistema ELETROBRAS, as tarifas da energia elétrica vão subir, e muito, porque nas outras privatizações isso aconteceu. E quem vai sofrer é a mãe de família, é o pai de família que mora no Nordeste, que mora na periferia das grandes cidades brasileiras, que mora no fundão da Amazônia.



O programa Luz para Todos colocou no sistema elétrico brasileiro 10 milhões de pessoas. V.Exa. acha, Sr. Presidente, que, na privatização da ELETROBRAS, esses que vão comprar a preço de banana esse sistema vão investir para a ampliação do sistema elétrico do nosso País? Vão coisíssima nenhuma! Vão se aproveitar de uma energia limpa, de uma energia barata e usufruir desse patrimônio para enriquecerem mais ainda.

Eles vão querer vender a ELETROBRAS no valor de 7 churrascarias. Isso é uma vergonha nacional, isso é um desrespeito ao nosso País, isso é quebrar a nossa soberania. Nenhum país do mundo aceita esse tipo de coisa. A China deve estar achando muita graça de nós brasileiros, porque, se acontecer a privatização, quem vai comprar — repito — é uma estatal chinesa ou uma estatal de outro país.

Por isso, Sr. Presidente, isso é uma vergonha. O nosso partido, o PDT, não vai admitir, sob hipótese nenhuma, a venda desse patrimônio, que foi construído durante muitos anos, a preço de banana — aliás, a preço de 7 churrascarias.

Por isso, eu queria deixar isso registrado.

Vamos lutar com todas as nossas forças para que isso não aconteça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Expediente. Comunico que foram recebidos pela Secretaria-Geral da Mesa expedientes que darei como lidos. A relação dessas alterações encontra-se na mesa de apoio à disposição dos interessados.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Processo eleitoral.

Esclareço aos Srs. Parlamentares as regras que nortearão o trabalho.

A eleição dos membros da Mesa desta Comissão far-se-á em votação por escrutínio secreto, pelo sistema eletrônico, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão — 18 Deputados —, conforme determina o art. 7º do Regimento Interno, aplicado à presente situação.

Será eleito, em primeiro escrutínio, o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos dentre o total de votantes. E, num eventual segundo escrutínio, será eleito



o Deputado que obtiver maioria simples de votos dentre o total de votantes, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão.

Peço aos Srs. Deputados que permaneçam no recinto até que se conclua o processo de votação.

Esta Presidência informa que recebeu e considera registrada, em face de acordo partidário, a seguinte candidatura que será submetida a voto dos membros desta Comissão: para Presidente, o Deputado Hugo Motta, do PMDB da Paraíba. Não chegou a esta Mesa nenhuma indicação para Primeiro Vice-Presidente; Segundo Vice-Presidente; Terceiro Vice-Presidente. Portanto, não teremos eleição para Vice-Presidente, somente para Presidente.

Na urna eletrônica, constarão as seguintes opções de voto: nome do candidato; voto em branco.

Antes de dar início ao processo de votação, peço atenção dos Srs. Parlamentares para os esclarecimentos de algumas regras importantes no processo de votação eletrônica.

Ao iniciar a votação, os Srs. Deputados deverão dirigir-se à cabine localizada ao fundo do plenário. O Parlamentar deverá digitar o código de sua carteira parlamentar, com três dígitos, no teclado virtual do monitor da urna. Em seguida, deverá posicionar a sua digital no leitor biométrico que se encontra ao lado do monitor. Nesse momento, aparecerão na tela as opções de voto para que faça sua escolha. Se desejar corrigir, toque na opção corrige, e o sistema retornará à tela anterior.

Após fazer sua escolha, certifique-se do seu voto e clique na opção confirma. Uma vez confirmado o voto, ele não poderá ser alterado. Aguarde o aviso sonoro e a mensagem “fim do voto”, para assegurar que seu voto foi registrado com sucesso.

Lembro ainda que o candidato será eleito se alcançar, em primeiro escrutínio, maioria absoluta de votos e, num eventual segundo escrutínio, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão.

Os votos em branco serão computados apenas para efeito de quórum, nos termos do § 2º do art. 183 do Regimento.

Informo que, a partir deste momento, novas alterações na composição da Comissão somente serão consideradas após o término da votação.



Peço aos nobres Parlamentares que aguardem a liberação da urna.

Vamos liberar as urnas lá no fundo do plenário.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Queremos orientar, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Vamos orientar a votação, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, não existe orientação!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Existe, sim, Presidente.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Quero orientar a bancada.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Primeiro, quem são os candidatos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - A Deputada Erika Kokay, que é uma excelente Líder, sabe que não há orientação para instalar Comissão.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Art. 192.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT está obstruindo.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Peço a palavra para contraditar: pelo art. 192, não há.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Quem são os candidatos, Sr. Presidente? Qual é a chapa montada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O Deputado Hugo Motta, para Presidente, é o único. Chegou à Mesa somente o nome dele.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quando não permite a orientação, V.Exa. nos tira o direito de obstruir.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Ponha em votação, SR. Presidente. Ponha em votação!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu quero orientar, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Não existe orientação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - É claro que não há orientação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É claro que sim, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, os partidos não podem obstruir sem...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Vamos iniciar a eleição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Os partidos podem orientar durante a votação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não!

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, Presidente.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Vamos iniciar a eleição, Presidente.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, os partidos têm o direito de dizer que querem obstruir a votação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Qual é o artigo ao qual V.Exa. está se referindo para impedir a orientação? Qual é o artigo, Sr. Presidente? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O Deputado Hugo Motta é candidato pelo PMDB da Paraíba.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, quero contraditar!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Qual é o artigo, Presidente? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO HUGO MOTTA - Sr. Presidente, está aberta a votação ou não?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, vamos colocar em votação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nós queremos orientar a votação!

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Nós temos que orientar a votação, Deputado Perondi. Os partidos têm que dizer a sua opinião sobre o candidato apresentado.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Nós não podemos obstruir, Presidente?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Art. 192.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - É elementar!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não cabe nem debate, Sr. Presidente?



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. não está presidindo! V.Exa. não está presidindo!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Leia o art. 192!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. não está presidindo! V.Exa. não está presidindo!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Leia o art. 192!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Está aqui: o art. 7º é claro! Ele não fala nada. Está aqui.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. não está presidindo! V.Exa. não está presidindo!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - V.Exa. é que não está presidindo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O seu microfone não tem som, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Leia o art. 192, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. não está presidindo! Sabujo de Michel Temer, assassino da Nação!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O seu microfone não tem som.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não deixem a Presidência falar em paralelo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Então, coloque o som, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - A Presidência tem preferência e precedência na fala. Aguardem.

Art. 192.

§ 8º - Não terão encaminhamento de votação as eleições; nos requerimentos, quando cabível, é limitado ao signatário e a um orador contrário.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não é requerimento o que nós estamos discutindo. Não é requerimento.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não é requerimento, Sr. Presidente — é eleição.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Mas nós não estamos falando de requerimento. Estamos falando da eleição do Presidente da Comissão, que quer vender a ELETROBRAS, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ele quer doar a ELETROBRAS.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E a troco de banana, o que é pior!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Vamos começar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não se trata de requerimento, Sr. Presidente. É uma eleição.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Qual é o artigo em que V.Exa. está se baseando para cassar a nossa palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Baseio-me no art. 192.

Art. 192.....

§ 8º - Não terão encaminhamento de votação as eleições (...).

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não é encaminhamento — é orientação de votação.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sr. Presidente, questão de ordem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É orientação; não é encaminhamento. É orientação de votação. Não é encaminhamento.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, não é encaminhamento; é orientação de bancada.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Não existe, é a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Como é a mesma coisa, Sr. Presidente?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não é, não!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - V.Exa. está tergiversando.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - V.Exa. sabe que não é: encaminhamento é uma coisa; orientação é outra.



O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sr. Presidente, questão de ordem, com base no art. 192.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Quero contraditar.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sr. Presidente, questão de ordem, com base no art. 192.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não é encaminhamento; é orientação. Nós não queremos encaminhar; queremos orientar.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, por favor, respeite o Regimento.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 192.

Art. 192. Anunciada uma votação, é lícito usar da palavra para encaminhá-la, salvo disposição regimental em contrário, pelo prazo de cinco minutos, ainda que se trate de matéria não sujeita a discussão, ou que esteja em regime de urgência.

Trata-se do art. 192, Sr. Presidente, sobre o encaminhamento da votação.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, onde está dito que não há orientação? Qual é o artigo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Diz o art. 192:

§ 8º Não terão encaminhamento de votação as eleições (...).

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Isso é encaminhamento. Nós estamos falando de orientação.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Isso é encaminhamento, Presidente. Nós queremos orientar.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Leia o art. 117, Presidente.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - O art. 117, § 1º, permite-se o encaminhamento de votação secreta, sob o argumento de que o encaminhamento não quebra o sigilo da votação.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Nós queremos obstruir.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Qual é o problema, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - V.Exa. não quer permitir que a gente obstrua.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Qual é o problema, Presidente?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Abra a palavra para cada Deputado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Molon, eu vou ouvir V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Por favor, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu também, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu também quero falar.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar sobre o processo de eleição.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O nosso partido tem uma posição sobre a eleição. Nós queremos explicar por que nós não participaremos da eleição. Por isso, nós queremos orientar a bancada a não votar, Sr. Presidente. Nós temos esse direito, Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, eles explicam durante a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Alessandro Molon, V.Exa. como já é veterano nesta Casa, conhecendo o Regimento... O Regimento é claro...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Um jovem veterano.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, não é claro! Não é claro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. fará isso quando houver uma votação...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Mas é agora a votação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não há encaminhamento para as eleições...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É orientação. É orientação.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - V.Exa. tem razão. V.Exa. tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Nós estamos procedendo a uma eleição.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - V.Exa. tem razão: não tem encaminhamento. Nós queremos orientar.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Tem, sim, Sr. Presidente. Art. 117. O art. 117 permite o encaminhamento de votação secreta, sim, Sr. Presidente. Trata-se do art. 117.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu vou permitir a orientação.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está muito mais fácil, Sr. Presidente. Está muito mais fácil.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Podemos votar, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - V.Exa. concede 1 minuto para cada um...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Podemos votar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Alessandro Molon, V.Exa. tem a palavra por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Podemos votar, Presidente?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Orientação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu vou abrir a votação, enquanto V.Exa. encaminha.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Está bom. Isso mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Está aberta a votação.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Muito bem!



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Não, não, Presidente. A orientação precede a abertura, Sr. Presidente. A orientação precede a abertura, Sr. Presidente.

V.Exa. está fora do Regimento, Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis)

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - V.Exa. está fora, Presidente.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - É lamentável, Sr. Presidente, o que V.Exa. está fazendo aqui.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Orienta e depois abre.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, são 4 minutos. São quatro ou cinco partidos que vão orientar. Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado, V.Exa. não quer orientar, quer obstruir.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, eu quero orientar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deixa votar e orienta.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Então, V.Exa. me dá o meu 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Orienta. Não tem ninguém ainda do seu partido votando mesmo.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Perfeito. Então, o meu 1 minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Ninguém orientou. Está lá, 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Onde? Só V.Exa. viu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Isso não é orientação, é obstrução.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, pelo PSB, o Deputado Danilo Cabral já esclareceu que nós não reconhecemos essa instalação da Comissão, porque é flagrantemente constitucional, antirregimental, ilegal, imoral, antiético, atropelando todas as regras da Casa, para fazer valer a vontade do



Presidente da República, que quer entregar o patrimônio nacional antes de sair do Governo. Nós vamos resistir, Presidente.

Faltam 293 dias para o País se livrar de Michel Temer. Ele não conseguirá entregar a ELETROBRAS, e nós resistiremos aqui e no Supremo Tribunal Federal, como anunciou o Deputado Danilo Cabral, contra a instalação desta Comissão, que atropela uma regra clara do Regimento, que exige que qualquer Comissão Especial como esta tenha metade dos seus membros oriundos de Comissões pelas quais o projeto deveria passar na sua análise de mérito. Como não há Comissão Permanente instalada, é impossível atender a essa regra, o que nos obrigaria a aguardar a instalação das Comissões Permanentes. Mas a pressa de entregar o patrimônio força essa instalação antirregimental.

Nós vamos obstruir esta votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, para orientar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Conceda depois ao PDT, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Ao PCdoB também, para orientar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Penso que você não fere o Estado Democrático de Direito e esse ferimento fica ensimesmado. Ele vai esgarçando o tecido, o tecido da própria democracia.

Nós tivemos aqui uma Comissão sendo instalada ao arreio do Regimento desta Casa — V.Exa. e todos sabem disso, assim como todos sabem que Michel Temer é ilegítimo, que Michel Temer golpeou Dilma Rousseff e o povo brasileiro para assumir a Presidência e cumprir um projeto, um programa derrotado quatro vezes nas urnas.

Todos sabem o que está em curso neste País e que o golpismo tem um coração pulsante. O golpismo tem três vertentes: a vertente da retirada de direitos, a vertente da entrega do País — e querem entregar o pré-sal para a Shell com isenção de 1 trilhão! Eu tenho aqui todo o estudo detalhado de como se chegou a 1 trilhão — 1 trilhão —, porque nós solicitamos ao consultor, e o consultor deixa inequívoca a constatação de que se isentou a Shell e outras petrolíferas em 1 trilhão.



Nós temos aqui um crime sendo construído contra a Nação com a entrega da ELETROBRAS para os chineses numa desnacionalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Instala-se a Comissão. A sessão estava com quórum, passou-se 1 hora e 15 minutos com quórum, não foi aberta a Ordem do Dia, a sessão foi encerrada, outra sessão começou. É um acinte o que está se fazendo com o povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É um acinte o que está se fazendo com a ELETROBRAS, que, eu repito, é o maior ou um dos maiores instrumentos de eliminação da desigualdade regional.

Por que não há nordestinos da base do Governo nesta Comissão? Ou, se houver, por que são poucos? Porque os nordestinos sabem que está em risco o Rio São Francisco quando se coloca em risco a CHESF!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Os nordestinos sabem o que representa — vou concluir, Sr. Presidente — o Luz Para Todos quando a senhora dizia para Lula: *“A fuligem no meu rosto é obra da lamparina que eu joguei fora”*.

Vocês querem o Brasil escravizado! O Brasil não se escravizará! Nós vamos resistir!

O PT obstrui, em nome do País e em defesa da ELETROBRAS! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Mais algum Líder quer a palavra para orientar? Deputado Henrique Fontana... (Pausa.)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, o PDT.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O PSOL também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Quem pediu primeiro?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O PDT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Mas o Deputado Pompeo não é Líder; Líder é V.Exa.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Encaminhar não pode, pode orientar.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Desculpe-me. Peço a palavra para orientar. A orientação, Sr. Presidente, não é necessariamente um Líder que faz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - A orientação é do Líder.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, isso é comunicação de Líder.

O SR. DEPUTADO LEÔNIDAS CRISTINO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Concedo a palavra ao Deputado Leônidas Cristina. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas há um equívoco, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LEÔNIDAS CRISTINO - Pode ser, Sr. Presidente, o Deputado Pompeo de Mattos. O Deputado Alessandro Molon encaminhou pelo PSB e não estava aqui como Líder.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, lamentavelmente, neste primeiro momento, o que estamos fazendo aqui é elegendo aqui o coveiro da nossa ELETROBRAS, aquele que vai se esmerar para fazer a cerimônia de enterro da ELETROBRAS. Nós precisamos resistir. O Brasil precisa resistir, a cidadania precisa resistir, até porque, com a venda da PETROBRAS a preço de banana, naturalmente vai sobrar para o cidadão pagar a diferença na conta de luz.

Hoje custa 40 reais o megawatt-hora de energia. Esse preço, Deputado Leônidas, como bem disse V.Exa., vai para 150, 200, 250, 300 reais. Quem vai pagar essa conta? Eu, tu, ele, nós, vós, eles, enfim, o povo, o cidadão, a população, os mais pobres. Do couro saem as correias, e eles vão tirar as correias do couro, do lombo do trabalhador, do empreendedor e também do empresário, que gera emprego e renda. O Custo Brasil vai lá para cima.

E quem vai ganhar? Os estrangeiros e, lamentavelmente, as estatais internacionais — talvez as chinesas, não sei, as americanas, as inglesas, as



espanholas ou francesas. O que é fato é que o povo brasileiro vai ter que suportar essa conta, mas não com nosso apoio, não com o nosso voto.

Por isso, nós temos que ir a fundo nessa questão, estressar o debate, a exemplo do que ocorreu com a Reforma da Previdência. O Governo tinha maioria, sim, a maioria esfarrapada, que foi se diluindo à medida que a população, lá na base, foi se indignando, foi se levantando e marcando na paleta aqueles Deputados vendilhões. E o Governo perdeu o debate na sociedade.

Sr. Presidente, nós precisamos também reagir lá na base, assim como foi feito na Reforma da Previdência, para que o Governo também perca o debate sobre a privatização da ELETROBRAS na sociedade. Se perder lá fora, não se sustentará aqui dentro, porque o eco das vozes ressoa aqui no Parlamento Nacional.

Há aqueles que querem vender a PETROBRAS às pressas, a toque de caixa, como se tivessem que tirar o pai da força, no desespero, no apagar das luzes do Governo Temer, que está terminando. Eles querem dar o último suspiro vendendo um patrimônio que não é deles, mas não com nosso apoio, não com o nosso voto, não sem a nossa crítica, não sem a nossa indignação.

Como dizia Brizola: “Ah, os interesses internacionais! Ah, os interesses estrangeiros!” Não basta remeter os lucros daquilo que produzem aqui. Agora, mais do que os lucros, eles querem as próprias empresas! Querem ser o dono do capital do País!

Não! O PDT não concorda com isso, Deputado Perondi, e reage com veemência, com indignação! Os vendilhões da Pátria vão ser marcados na paleta. E àqueles que tomarem essa posição o povo vai dar a resposta na eleição!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauro Pereira, que falará pela Liderança do PMDB.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Darcísio Perondi, colegas Deputados, na verdade, nós estamos aqui instalando uma Comissão. Faremos um debate e depois uma votação para escolher um Presidente.

Mas é muito importante nós deixarmos bem claro para a sociedade brasileira que estamos ouvindo palavras de pessoas de partidos, como o PDT, por exemplo, que fizeram parte do Governo Dilma Rousseff.



Em 2015, eu pedi uma audiência pública, que teve a presença do Presidente da ANEEL, Romeu Rufino, porque a ex-Presidenta Dilma aumentou a energia elétrica, em alguns setores no Rio Grande do Sul, em até 60%. Na época, eu não vi nenhum desses Deputados que falam alto e grosso falarem mal da Presidenta Dilma Rousseff. Não vi! Não vi porque eles faziam parte do Governo, aliás, do Governo não, do desgoverno!

Uma coisa é certa: se, há 1 ano e 9 meses, não tivéssemos tirado aquela Presidente incompetente, Dilma Rousseff, do Governo, hoje não teríamos mais nada para trabalhar! Estaria quebrado tudo!

A PETROBRAS já estava falida... (*Manifestação no plenário.*)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não havia nada para vender!

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - A ELETROBRAS já não existiria mais! À época e hoje, o PDT sempre foi puxadinho do PT. Na verdade, o PDT sempre foi o genérico do PT!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Vocês eram vice do PT e estavam mamando com o PT!

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - O PDT é o genérico do PT! O PDT é o genérico do PT! (*Manifestação no plenário.*)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Vocês eram vice da Dilma e agora estão reclamando! Mas estavam lá mamando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Com a palavra o Deputado Henrique Fontana, que é o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós não queremos bater boca, nós queremos falar de argumentos.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra para concluir. Eu não concluí ainda!

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Primeiro, se este negócio do setor elétrico não fosse altamente rentável, não haveria diversas aves de rapina...

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - O PT quebrou o Brasil!

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu posso falar ou não?



O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Eu não terminei, Presidente! Eu não terminei ainda. Eu quero concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Deputado Mauro, V.Exa. dispõe de 30 segundos.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - A verdade é a seguinte: se nós não tivéssemos tirado a Presidenta Dilma do Governo, hoje nós não teríamos mais nada, o Brasil estaria falido!

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Deputado Henrique Fontana, repus todo o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero dizer ao Deputado que me antecedeu que, se ele e outros não tivessem dado um golpe contra a democracia brasileira, eles não teriam esse patrimônio à disposição para vender, na bacia das almas, a preço vil.

Em segundo lugar, se o negócio do setor elétrico não fosse altamente rentável, Deputado Danilo Cabral, não haveria as aves de rapina que estão aguardando para comprar a ELETROBRAS.

A ELETROBRAS é muito estratégica, dá muito lucro, dá muito dinheiro, que é dos brasileiros! E, agora, eles querem entregar para o setor privado, que não construiu, ou para estatais de outros países.

Sr. Presidente, peço meio minuto para concluir, tal como foi concedido ao Deputado anterior.

Não há dúvida de que o potencial de corrupção desta venda é enorme. É enorme! Está se desenhando uma grande negociação contra o interesse brasileiro, em que muita corrupção vai ocorrer. Por que essas empresas privadas não vêm investir aqui em usinas novas, numa concessão? Por que querem comprar o filé *mignon* a troco de banana, Presidente? Elas não vão gerar um único emprego, só vão transferir aquilo que é patrimônio existente das mãos do País para as mãos dessas empresas.

Nós vamos resistir e vamos derrotar este Projeto, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Peço a palavra para orientar, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga, que dispõe de 1 minuto.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, o PSOL também está em obstrução. Não vai colocar a sua digital nessa entrega descarada do patrimônio brasileiro.

Fico imaginando a quantidade de apartamentos que já não estão sendo procurados para fazer *banker*, como fizeram lá em Salvador, com aquelas caixas e mais caixas de dinheiro. Imagino o quanto não vão lucrar com as privatizações que querem impor à sociedade brasileira.

Começam pela ELETROBRAS, depois vão querer privatizar a Casa da Moeda, os bancos públicos. Querem entregar de bandeja o patrimônio nacional. Só nos cabe resistir a essa ação e defender a soberania.

Por esse motivo, o PSOL se une à obstrução. Não vamos dar quórum para esta sessão, para esta votação, para esta Comissão. Se votássemos, votaríamos “não” às indicações feitas, porque partimos do pressuposto de que o Governo já se articulou com a sua base para poder se adiantar a um resultado de mérito.

O Governo não coloca nenhum limite — nenhum limite — de qualquer ordem para a entrega do patrimônio nacional.

Deputado Simão Sessim, pergunto se V.Exa., com os mandatos e anos que tem na Câmara dos Deputados, considera razoável que, neste momento, o Presidente da Câmara esteja com representantes da Mesa, observando, por meio de seus *smartphones*, a finalização da implementação desta Comissão para começar a Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados. É exatamente isso o que está acontecendo.

Antigamente, a turma pelo menos disfarçava. Hoje nem disfarça mais. Trata-se de jogo combinado para a entrega do patrimônio nacional.

O Presidente da Câmara dos Deputados tenta se colocar publicamente como alguém que vai defender uma candidatura de centro descolada do Planalto. Centro, uma pinóia! É a candidatura de continuidade do programa econômico de desmonte, é o mesmo programa representado pelo Sr. Michel Temer e por aqueles que dão



sustentação ao Governo. O Presidente da Câmara hoje nada mais é do que o carimbador oficial das propostas do Governo do Sr. Michel Temer.

Vamos manter a obstrução. Provavelmente os senhores vão conseguir alcançar o quórum, mas a bancada do PSOL não vai deixar a sua digital nessa entrega desenfreada e descarada do patrimônio nacional.

O Parlamento brasileiro mais uma vez — e esta Comissão faz isso — coloca o Brasil de joelhos; de joelho para os chineses, de joelho para o capital norte-americano. Não tem legitimidade para fazê-lo, mas o faz porque não tem limites o descaramento.

O PSOL está em obstrução.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Encerre a votação, Presidente! Encerre a votação!

Faz meia hora que começou esta votação. Faz meia hora! O Governo se articula desesperado buscando catar pessoas para votar contra a ELETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputada Erika Kokay...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Encerre a votação, Presidente! Já faz meia hora que começou a votação.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Parece que a base do Governo não quer votar no Deputado Hugo Motta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu ainda tenho um requerimento aqui, um pedido. O Deputado Darcísio Perondi pediu a palavra como Líder.

V.Exa. tem a palavra. Dispõe de 9 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas, esta sessão é histórica, é marcante. Nós estamos dando mais um passo para quebrar o atraso do sindicalismo que olha pelo retrovisor, da política que estava enterrando a ELETROBRAS. Por milagre, a ELETROBRAS não quebrou. Esse milagre foi o *impeachment*. Lá o Presidente Michel colocou uma diretoria absolutamente técnica. (*Manifestação no plenário*.) Neste momento as ações melhoraram, e a ELETROBRAS inclusive melhorou no mercado. Ela negociou nos Estados Unidos um passivo gigantesco que a má-administração anterior havia deixado.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O Fernando Coelho entende de sistema elétrico a mesma coisa que Temer entende de honestidade. A mesma coisa!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu ouvi aqui algumas observações: como ficará o Rio São Francisco? O Rio São Francisco está protegido. Serão destinados 9 bilhões de reais para revitalização da Bacia do Rio São Francisco, distribuídos 350 milhões anuais nos primeiros 15 anos, 250 milhões anuais nos anos subsequentes. Esses recursos serão controlados pelo Tesouro? Não! Haverá um fundo independente.

Outra dúvida. Eu respeito que os colegas da Oposição tenham dúvida. Provavelmente não estudaram como nós vamos estudar agora, nesse 1 mês, 2 meses de Comissão em que vamos mergulhar no assunto. Provavelmente, pouca gente estudou aqui, como eu também pouco estudei. A destinação desses recursos será definida por um comitê gestor.

Ouvi uma outra dúvida. O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia — PROINFA, a Conta RGR — Reserva Global de Reversão e o programa Luz para Todos, todos esses programas serão mantidos, continuarão sendo direitos e obrigações da ELETROBRAS. Todos esses programas, meus queridos Deputados, serão mantidos.

E mais: a ELETROBRAS deverá manter o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica — CEPEL pelo prazo de 4 anos, no mínimo.

A ELETROBRAS já está fazendo a reorganização interna. Ela já privatizou, sim, muitos braços de distribuidoras e transmissoras que eram ineficientes, que davam déficits monstruosos. Eram deficientes e davam déficits monstruosos.

Agora, eu até achava que a privatização seria absoluta. Estudei, fiz uma leitura e vi que a ELETROBRAS não vai desaparecer. Fiquem tranquilos! Fiquem tranquilos, Deputados, porque os seus Governos quase quebraram a PETROBRAS. Fiquem tranquilos. Nós estamos recuperando a ELETROBRAS, reestruturando-a, enxugando-a e fazendo um sistema de cotas. Haverá uma pulverização de ações. Todos poderão comprar ações. Todos! Todos! E o Governo terá, sim, poder de veto em algumas áreas. Então, não será privatização completa. Nós vamos aqui discutir o que é pulverização de ações.



Deputado José Carlos Aleluia, V.Exa. é um estudioso. Conheço-o há 20, 24 anos. É engenheiro, profundo conhecedor dessa área. A informação que eu tenho é a de que o senhor será o Relator. Fico tranquilo.

Se não tivesse havido o *impeachment*, se não tivesse entrado o Governo reformista e determinado do Presidente Michel, que pôs uma diretoria profissionalizada na PETROBRAS e fez o mesmo na ELETROBRAS, se ele não tivesse feito isso, a ELETROBRAS teria fechado. Aí sim! Aí sim! E agora vou chegar ao cidadão, ao 1%, ou aos 2% de pessoas do Brasil que estão vendo esta sessão: aí, sim, o preço da energia elétrica teria disparado!

O erro da Dona Dilma foi cometido no seu primeiro mandato, com a Medida Provisória 579. Ela foi abençoada pelos deuses do mundo inteiro e achou que poderia baixar o preço da luz como baixou, comprometendo todo o sistema elétrico, tanto o público como o privado. Nós temos em torno de metade do sistema de exploração pública e metade de exploração privada. E o que aconteceu? O que aconteceu? O setor elétrico quase quebrou! Quase quebrou!

Aliás, o setor elétrico está recém-começando, recém-recuperando-se da paulada, da tragédia que foi a decisão do Governo petista, do Governo dos senhores! É por isso que hoje o preço da energia elétrica é elevado. Um dos motivos, o principal responsável foi um erro de mão brutal da Dra. Dilma e da base do Governo anterior, quando estabeleceram aquela política desastrosa, trágica, que quase quebrou o setor elétrico.

Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Deputado Perondi, V.Exa. já falou demais!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu quero cumprimentá-lo pela segurança...

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - O Governo está elogiando a Mesa.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - ...pela seriedade, pela tolerância que o senhor teve em ouvir esses argumentos dos que quase quebraram o País, em ouvir esses argumentos dos que elevaram os juros lá em cima, ouvir esses



argumentos dos que levaram o País a uma depressão severa. O senhor teve muita tolerância!

Parabéns aos Deputados da base, que aqui vieram em mais um ato de coragem, de crença em que está nascendo um novo Brasil...

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Um novo Brasil para os chineses!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sim! Está nascendo um novo Brasil!

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Um novo Brasil para as multinacionais!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Vamos crescer este ano. A curva do desemprego está diminuindo, os juros estão caindo, o Brasil não vai enfrentar sua crise, que está chegando, de infraestrutura sem poupança externa. O empresário americano...

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Ah, os americanos! É para os americanos!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O empresário do exterior está acreditando. O empresário interno voltou a ter confiança! É um novo Brasil, sim!

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Brasil para os americanos!!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - E vocês vão ter que aguentar, sim, este novo Brasil.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Brasil dos chineses!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Presidente, que vergonha!

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - É uma vergonha!

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Uma demora dessas para atingir o quórum. Quer vergonha, Presidente?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quase 1 hora para atingir o quórum! Quase 1 hora!

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - A base do Governo está envergonhada!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Que vergonha, Presidente! É um projeto lesapátria, Sr. Presidente!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. DEPUTADO PAULÃO - É uma vergonha!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO PAULÃO - É uma mancha, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - É uma falta de respeito!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eles querem acabar com a eleição por isso. Quase 1 hora!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LEÔNIDAS CRISTINO - Há voto em branco aí! Cuidado!

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Até agora, Presidente!

O SR. DEPUTADO DARCISSIO PERONDI - Vamos encerrar, Presidente!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - De fato, Presidente, nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Já deu quórum. Eu vou encerrar a votação e vou conceder a palavra à Deputada Luciana Santos.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Há voto em branco ali!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Está encerrada a votação.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Há voto em branco.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - De fato, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LEÔNIDAS CRISTINO - Há voto em branco aí!

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Há voto em branco.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS -... pela primeira vez

O SR. DEPUTADO LEÔNIDAS CRISTINO - Cuidado, cuidado! O voto é secreto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Passemos à apuração dos votos no painel eletrônico.

O SR. DEPUTADO LEÔNIDAS CRISTINO - Há dois votos em branco!

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Presidente, estamos, mais uma vez...

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Olha o voto em branco ali!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O Deputado Hugo Motta recebeu 18 votos válidos (*palmas*). Houve 1 voto em branco. Total: 19 votos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Que vergonha! Que vergonha!

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Não tem nenhum voto nosso. Nós não somos traidores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Declaro eleito Presidente o Deputado Hugo Motta, do PMDB da Paraíba.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Está eleito o primeiro entreguista.

O SR. DEPUTADO LEÔNIDAS CRISTINO - Ganhou no porco.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Está aí a marca: primeiro entreguista do Brasil.

(Não identificado) - Vai avisar aos chineses...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Em tempo, declaro empossado o eleito e convido S.Exa. para assumir a Presidência desta Comissão.

(Não identificado) - Se fosse eu, não assumiria, não.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Sr. Presidente, V.Exa. não encaminhou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra a Deputada Luciana Santos. (*Pausa.*)

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Sr. Presidente, o dia de hoje é a demonstração cabal das dificuldades que o ilegítimo Governo Temer está tendo para fazer valer essa matéria, essa imposição de uma iniciativa que jamais passaria pelo crivo das urnas.

Eu duvido que algum candidato a Presidente da República, agora em outubro, diga no seu programa e na televisão que vai cometer um crime de lesa-pátria como este de entregar um ativo estratégico tão importante para o povo brasileiro, um insumo básico para a população e para a economia, que é a energia.

Hoje, as manobras que foram feitas nesta Comissão, desrespeitando o Regimento, desrespeitando o devido processo legal, para nós, não é nenhuma novidade, porque, afinal, só se impõe esse tipo de coisa desta maneira: de forma antidemocrática, rasgando qualquer tipo de preceito que garanta um debate à altura da importância desse tema.



O que vimos aqui foi uma base envergonhada, uma base que foi incapaz de defender o propósito da privatização da ELETROBRAS, uma base que teve dificuldade de obter quórum de presença e de votar — teve que haver manobra para que no plenário não fosse iniciada a Ordem do Dia —, demonstrando o quanto essa proposição é nefasta ao povo brasileiro.

Assisto, no dia de hoje, à FIESP, de Paulo Skaf, à FIESP do pato amarelo do *impeachment* dizer que é contra este projeto e fazer um apelo a Michel Temer para retirar da pauta da Câmara dos Deputados a privatização da ELETROBRAS.

Nós não estamos brincando com qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputada. V.Exa. já falou como Líder. Estou lhe concedendo o direito a falar, mas agora peço que conclua.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Portanto, inauguramos aqui mais uma etapa desse que é um crime contra o interesse da Nação e do seu povo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A verdade, dói, Presidente. A verdade dói!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quero cumprimentar os pares e dizer que sou sabedor, Deputada Erika Kokay, da responsabilidade desta Presidência. Conduzirei a Comissão com imparcialidade. Não permitirei falta de respeito, como a senhora acabou de fazer comigo. Não permitirei falta de respeito!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A condução dos trabalhos desta Comissão, Deputado Danilo, será feita com muita prudência, com sensibilidade, respeitando os posicionamentos políticos dos partidos. Aqui, daremos voz e vez a todos os Deputados que fazem parte da Comissão. Saberemos ouvir todos, mas também saberemos conduzir com firmeza quando for necessário. Então, quero cumprimentar todos os presentes e dizer que serei um Presidente extremamente acessível.

O tema foi enviado a esta Casa pelo Executivo, então, cabe a ela Casa discuti-lo, debatê-lo, melhorar o projeto, reprová-lo ou aprová-lo. Lodo, esta Presidência será conduzida com extrema responsabilidade e respeito pela posição que ora passamos a assumir nesta Comissão.



Assim como o povo brasileiro e alguns Parlamentares, nós também estamos aqui para fazer questionamentos sobre como deve ser o foco do trabalho desta Comissão. E nós sabemos, pela discussão já posta para se instalar a Comissão, Deputado Simão, que os palanques políticos estão armados, as posições estão amplamente definidas e colocadas aqui. Mas imagino eu que essa não deva ser a preocupação principal da população brasileira nem o que ela espera de nós neste momento. Dizer aqui que você é contra a privatização ou a favor dela é uma coisa; debater o sistema elétrico, debater o futuro do País é outra.

Por isso, eu espero que o debate aqui seja enriquecedor, cada um dos Deputados defendendo o seu ponto de vista, sem gerar, apenas por questão política, um debate que não renda frutos e que não colabore para o bom funcionamento dos trabalhos. E aquele que for vencer através das ideias, Deputado Aleluia, jamais irá conseguir tal feito que não seja por meio de argumentos que necessariamente vão ao encontro daquilo que a população espera. O que nós temos que discutir aqui é o que o povo brasileiro espera de nós.

Diante desses questionamentos, eu trago aqui um simples objeto, o foco principal da nossa Comissão: a tomada que vai encerrar todo o debate aqui feito. É nesta Comissão que a população vai saber se nós fizemos um bom trabalho ou não, ao discutir a ELETROBRAS do futuro ou não. Por quê? Porque é nessa tomada que estarão os futuros consumidores, os negócios do País, sejam eles pequenos, sejam grandes. Por isso, nós devemos encontrar soluções para que a energia chegue com eficiência, com competitividade, que é do que o nosso País precisa, e a um custo mais baixo para o povo brasileiro. Esse é, sem dúvida alguma, na minha avaliação, o nosso principal objetivo, e é dessa forma que procurarei trabalhar, para não onerar mais o consumidor, para dar eficiência ao nosso sistema e debater o futuro do Brasil.

Quero agradecer a todos e reforçar a nossa acessibilidade. Estarei aqui à disposição, Deputado Fontana, do PT, da Minoria, do Deputado Molon, do Deputado Aleluia, dos Deputados do meu partido, o PMDB, para debater como faremos esta Comissão funcionar da melhor forma possível, dando voz e vez a que todos os posicionamentos sejam aqui explicitados.



E digo, com muita clareza, que não há energia elétrica do PT, energia elétrica do PSDB, energia elétrica do PMDB. Quando uma pessoa liga algo na tomada, não sei se a energia é de esquerda ou de direita. O que nós temos que debater é como essa energia deve chegar mais eficiente e mais barata à nossa população. Esse é o nosso desejo. É assim que vamos trabalhar.

Neste momento, designo, nos termos do art. 41, inciso VI, do Regimento Interno, para a Relatoria da Comissão o Deputado...

(Não identificado) - Sr. Presidente, já começou a Ordem do Dia.

(Não identificado) - Isso não é deliberação.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...o Deputado José Carlos Aleluia, a quem eu convido para compor a mesa.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não há deliberação, Deputado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - V.Exa. não vai começar atropelando o Regimento. Iniciou-se a Ordem do Dia, encerra-se esta sessão. Não há Relator designado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quem... quem...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eduardo Cunha aqui teve um só e já foi demais!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deixe-me apenas concluir.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - O Regimento vai valer!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Fontana, Deputado Fontana...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - A Ordem do Dia iniciou!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Fontana, apenas para que V.Exa. saiba: quanto mais V.Exa. grita, mais eu me acalmo. Eu digo isso apenas para que V.Exa. saiba.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Desde que V.Exa. não se sinta aí como um imperial!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, abaixe o tom, abaixe o tom. Eu quero dizer...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - V.Exa. não vai atropelar ninguém! Se eu tiver que subir o tom para V.Exa. não atropelar o Regimento, eu vou subir o tom, porque eu estou aqui para defender a posição de milhões de brasileiros. (Palmas.) Não é V.Exa. que vai ficar me dando lição de moral!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nem V.Exa. a mim.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - V.Exa. faz o que quer, e eu faço o que quero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu posso...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - V.Exa. está agindo fora do que prevê o Regimento! Já terminou esta sessão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero... eu quero só...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero só dizer a V.Exas. que, quando a Ordem do Dia começa, deliberações ficam suspensas. Aqui não há nenhuma deliberação. A designação cabe ao Presidente, não está em votação a relatoria.

Cabe a mim indicar a relatoria, e está indicado o Deputado José Carlos Aleluia, a quem eu convido para compor a mesa. Não há artigo no Regimento que fale contra isso.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Eu quero usar a palavra, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. vai usá-la em seguida.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, quero convidar o Deputado José Carlos Aleluia para tomar assento à mesa.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - V.Exa. vai atropelar (*ininteligível*). É isso que V.Exa. está fazendo aí! Quer vender o patrimônio do País no grito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Leonardo Quintão, eu quero dizer que comportamentos como esse do Deputado Fontana não vão nos pautar. Eu quero só dizer que de chilique e de grito eu não tenho receio. Então, vamos conduzir os trabalhos com paciência e com muita sensibilidade.

Eu vou conceder a palavra ao Deputado Leonardo Quintão e, em seguida, ao Deputado Wadih Damous e ao Deputado Paulão. Alguém mais deseja falar? (Pausa.)

Falará, então, pela ordem, o Deputado Leonardo Quintão e, em seguida, o Deputado Pompeo de Mattos.

Houve uma tragédia na Paraíba, na cidade de São Bento, onde ônibus pegaram fogo. Eu tenho uma audiência sobre isso e, desde 18h30min, estão me aguardando. Portanto, vou convidar o Deputado Ronaldo Benedet para assumir os trabalhos.

Antes, porém, eu já convoco sessão para a próxima terça-feira, a partir das 14h30min, para a apresentação do plano de trabalho e a votação dos requerimentos, que poderão ser protocolados na Secretaria desta Comissão a partir de amanhã, às 10 horas. Então, na próxima terça-feira, quero que façamos o debate do plano de trabalho, definindo as audiências públicas e as convocações, e deliberaremos para que a Comissão siga o seu trabalho.

Peço ao Deputado Ronaldo Benedet que, por favor, assuma os trabalhos e passe a conduzi-los.

Com a palavra o Deputado Leonardo Quintão, por até 2 minutos.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Deputado Hugo Motta, quero parabenizar V.Exa. Tenho certeza de que V.Exa. vai conduzir esta Comissão de maneira democrática, assim como o Relator, o Deputado José Carlos Aleluia.

Deputado Hugo Motta, eu quero parabenizar V.Exa. e quero alertar esta Comissão. Nós podemos melhorar a proposta que foi trazida aqui pelo Governo,



porque ela é equivocada. Ela irá aumentar a conta de luz para o povo brasileiro em, no mínimo, 20%.

Portanto, faço um alerta para a Comissão e para os Deputados. Essa mesma proposta foi debatida em Portugal, e lá a energia elétrica ficou 50% maior do que a da União Europeia.

Há outro ponto, Deputado José Carlos Aleluia: quero que sejam fornecidos a V.Exa. os números atuais da ELETROBRAS, os números atuais de Furnas, principalmente porque é do Estado de Minas Gerais. Os números que o Governo encaminhou para a Comissão há alguns meses eram muito antigos, números ruins, porque o Governo quer trabalhar com números ruins e nós não iremos permitir isso.

Eu sou Governo, sou do MDB, mas tenho certeza de que o Governo irá acatar as mudanças desta Comissão. Iremos lutar, Sr. Presidente, para mostrar individualmente para cada Parlamentar aqui que temos, sim, alternativas. Queremos, sim, uma ELETROBRAS eficiente, queremos Furnas para o povo mineiro e para o povo do Brasil.

Invoco aqui, Sr. Presidente, a experiência que tivemos em Minas Gerais, quando Itamar Franco, há 21 anos, não permitiu que o Presidente à época, Fernando Henrique Cardoso, privatizasse Furnas, porque ela é do povo mineiro. É interessante, porque parece, Deputado Ronaldo Benedet, que há um jogo já jogado. Os chineses já estão lá em Furnas dizendo que ela é do governo chinês.

Será que vamos deixar, Srs. Parlamentares? Será que vamos deixar acontecer esse jogo? Não, nós queremos mais eficiência no setor elétrico. Podemos fazer melhor.

Estaremos aqui defendendo alternativas para o Governo. Não estamos aqui para fazer demagogia, mas para apresentar alternativas e, para tanto, apresentarei requerimentos aqui mostrando alternativas para o MDB e para todos os partidos, alternativas para o Presidente Michel Temer, alternativas para o Ministério de Minas e Energia, para que possamos, sim, ter mais eficiência no setor energético, para que possamos, sim, Deputado Ronaldo Benedet, fazer aqui o melhor para o País.

Não podemos entregar um patrimônio que foi construído pelo povo brasileiro, que se fosse construído hoje iria custar mais de 400 bilhões de reais. E iremos



entregá-lo por 12 milhões de reais? Iremos entregá-lo por 10 milhões de reais? Não iremos permitir!

Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, criamos a Frente Parlamentar Contra a Privatização de Furnas, contra o entreguismo de Furnas para os chineses. Estaremos aqui, todos os Deputados Estaduais, o Governador de Minas, o Presidente da Assembleia Legislativa, dialogando com os Parlamentares, dialogando com o Presidente Michel Temer. Temos, sim, alternativas para valorizar esse patrimônio, alternativas para trazer mais eficiência ao setor elétrico.

Deputado José Carlos aleluia, eu tenho certeza de que V.Exa. não irá se furtar de todos os tempos necessários para dialogar com Minas Gerais, para trazermos mais eficiência para Furnas e para a ELETROBRAS. Desejo sucesso a V.Exa. Eu tenho certeza de que teremos democracia nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Obrigado, Deputado Leonardo Quintão.

Estão inscritos o Deputado Wadih Damous, o Deputado Paulão, o Deputado Pompeo de Mattos, o Deputado Pedro Uczai e o Deputado Mário Negromonte Júnior.

Concedo a palavra ao Deputado Wadih Damous. (Pausa.) Não está.

Concedo a palavra ao Deputado Paulão. (Pausa.) Saiu também.

Tem a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o que eu espero aqui é que nós não venhamos aqui nesta Comissão fazer o desgraçado negócio da China, como se vislumbra.

Nós vamos estabelecer um debate, uma resistência, um embate muito duro, muito firme. Para tanto, vamos trazer os argumentos aqui em função daquilo que nós temos na bagagem por conta da experiência de outras privatizações, em que o Brasil vendeu a mãe e entregou a velha, lamentavelmente.

Parece-me que é o desejo novamente do Governo do Presidente Michel Temer vender a preço vil, a preço de banana, uma empresa nacional de importância vital, estratégica, como é o caso da ELETROBRAS, na questão da energia elétrica.



Para fazermos o bom combate, fazer o bom debate, eu já apresentei, já protocoliei, Sr. Presidente, um primeiro requerimento convocando, convidando 12 pessoas, líderes, enfim, que vão desde o Ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho, o ex-Ministro Edison Lobão, o Sr. Raimundo Carreiro, a Associação dos Empregados da ELETROBRAS — AEEL, o SENERGISUL, os representantes do Sindicato da Indústria da Energia, etc.

Nós queremos fazer um debate, Sr. Presidente, com toda a sociedade e com as forças representativas. Queremos convidar também o Dr. Luiz Pinguelli Rosa, ex-Diretor da ELETROBRAS, o Prof. Ildo Sauer, o Dr. Altino Ventura Filho; o Roberto Pereira d'Araújo, Professor da COPPE — Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia; o Prof. José Walter Bautista Vidal, um estudioso na questão da energia, físico nuclear; o Sr. Gerson Carrion, ex-Presidente da CEEE — Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul. Nós queremos as forças vivas, aqueles que têm conhecimento técnico, que tiveram responsabilidade ali atrás, que já administraram o sistema ELETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, não marcaram o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Marcaram e já zerou.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu vou concluir então, Sr. Presidente. Pode me dar 1 minuto para eu concluir? (*Pausa.*)

Todos esses segmentos, Sr. Presidente, precisam ser ouvidos, porque nós não podemos entregar o sistema ELETROBRAS de mão beijada, o sistema CHESF, o sistema elétrico do Brasil. Não é possível que o Governo, ao apagar das luzes — faltam 6 meses para terminar o Governo do Presidente Michel Temer —, entregue um patrimônio dessa magnitude. Isso não é razoável, isso não é aceitável. Não dá para consentir calado. É preciso que haja uma reação. Para isso nós temos que trazer dados, elementos técnicos, para que possamos fazer aqui, Sr. Presidente, o bom debate.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Tem a palavra por 3 minutos o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Ronaldo Benedet, que preside neste momento esta Comissão Especial que vai analisar e discutir o futuro do Brasil num espaço estratégico, num instrumento estratégico de desenvolvimento, que é o setor energético, que é o setor elétrico.

Na própria movimentação da base do Governo já se demonstra o grau de dificuldade que se vai ter para mostrar para o povo brasileiro que aumentar a taxa de energia vai ser bom; que aumentar o risco de apagão, desmontando a perspectiva de direito universal à energia, com sistema regulado de energia, vai ser bom para o povo brasileiro; que o setor produtivo, correndo o risco de ter energia oferecida de forma intermitente, vai ser bom para o povo brasileiro; e que o comprometimento da modicidade tarifária, que foi uma das bases do modelo desde 2004, além da universalização do direito à energia e da perspectiva de atendimento regular, mesmo em período de crises hídricas, ao se desmontar esse modelo, ao se desmontar o sistema, vai ser bom para o povo brasileiro.

Portanto, o Governo não vai conseguir desmontar e privatizar Furnas. Nós, gaúchos, paranaenses, catarinenses, e a população do Mato Grosso do Sul não vamos permitir que se venda a ELETROSUL. Não vão botar a mão na nossa empresa, a ELETROSUL. Nós vamos nos mobilizar, vamos pressionar e vamos demonstrar que esse é o maior crime que esse Governo pode cometer contra o povo brasileiro e o povo do Sul.

Por isso, quero dizer aqui, com muita indignação, que o Governo não tem legitimidade para roubar o patrimônio do povo brasileiro. O Governo não tem legitimidade, sem consultar o povo, para vender o que é do povo. Com certeza absoluta, o povo não concorda que desmontem o seu próprio patrimônio e, no mês seguinte, tenha que pagar 20%, 30% ou até 50% a mais pela energia, dadas as experiências mundiais e as experiências históricas no Brasil. Tínhamos, na área de energia, empresas públicas, estatais. Quando foi se privatizando, inclusive no período do Fernando Henrique Cardoso, isso impactou na economia, no preço da



energia e nas dificuldades do próprio sistema ELETROBRAS de construir a regularidade, universalidade e modicidade tarifária.

Portanto, nós vamos fazer deste espaço aqui mais uma trincheira. O Governo foi derrotado na reforma da Previdência, o Governo será derrotado aqui e pela sociedade brasileira no desmonte, na privatização, na venda e na entrega para os estrangeiros do patrimônio fundamental que é a nossa ELETROBRAS. A ELETROBRAS vai continuar sendo do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Obrigado, Deputado Pedro Uczai.

Com a palavra o Deputado Mário Negromonte Jr.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR. - Sr. Presidente, nobre Relator, desejo que o Presidente Hugo Motta, que foi eleito, possa desempenhar um grande trabalho aqui, um grande papel, até porque a sociedade está de olho nesta Comissão.

Eu, em particular, que sou filho de uma cidade onde uma subsidiária da ELETROBRAS promoveu a redenção não só do Município de Paulo Afonso, mas também de toda a nossa região, não poderia deixar de participar desta Comissão e de dizer, logo, que sou radicalmente contra essa iniciativa do Governo.

Já foi dito aqui que a reforma da Previdência foi um recado ao Governo e que os Deputados irão se mobilizar aqui para não deixar que aconteçam medidas impopulares, injustas, inadequadas ao tempo, ao momento. Espero que a Relatoria e esta Presidência caminhem no sentido de defender os interesses da sociedade, os interesses das pessoas que mais precisam.

E, com toda a sinceridade, eu não acredito que o Governo tenha a intenção de levar essa iniciativa até o fim, até porque eu não acredito que seja aprovado aqui, Deputado Leonardo, por esta Comissão um relatório favorável a acabar com a ELETROBRAS e com as subsidiárias de Minas Gerais, da Bahia e de outros Estados.

Sinceramente, o que nós esperamos é que o Governo possa olhar para outros setores, setores que não têm dado lucro ao Governo. Se analisarmos o desempenho da CHESF, veremos que há alguns anos, em alguns trimestres, a CHESF vem dando lucro ao Sistema ELETROBRAS.



É engraçado que o Governo só quer vender o que é bom — e ainda vender barato. É incrível! É por isso que muita gente aqui do Brasil questiona a posição dos Deputados. E questionamos algumas posições de nós mesmos, de nós Deputados, como a de querer apoiar uma iniciativa como esta de fim de Governo — o Governo já está praticamente acabando — e criar uma situação dessas com a Casa e com a sociedade.

Nós vamos lutar para que essa iniciativa não passe! Vamos mobilizar a sociedade, o nosso povo em Paulo Afonso. O nosso povo lá na região não vai permitir que isso aconteça com a CHESF. Pode ter certeza!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Relator, o Deputado José Carlos Aleluia, para suas considerações.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, eu não pretendo me alongar. Quero agradecer a confiança. Não tenho dúvida de que o tema é relevante. Nós vamos procurar ouvir, apresentar alternativas à proposta do Governo e aprovar o relatório nesta Comissão e no Plenário no espaço de tempo possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Muito obrigado, Sr. Relator.

A fim de dar publicidade a todas as matérias a serem apreciadas nesta Comissão, solicito aos Srs. Deputados que queiram sugerir nomes para serem ouvidos em audiência pública que o façam por requerimento escrito e autenticado apresentado na Secretaria desta Comissão.

Antes do encerramento dos trabalhos, informo a V.Exas. que as próximas comunicações de realização de reunião serão feitas por meio de endereçamento eletrônico da Comissão para os e-mails institucionais dos Srs. Parlamentares, das Lideranças e dos Consultores.

Informo também a V.Exas. que, nas próximas reuniões, o painel de presença será aberto com antecedência de 30 minutos do horário da reunião.

Por fim, convoco reunião ordinária destinada à definição do roteiro dos trabalhos e à apreciação de requerimentos para o próximo dia 20, às 14h30min.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.